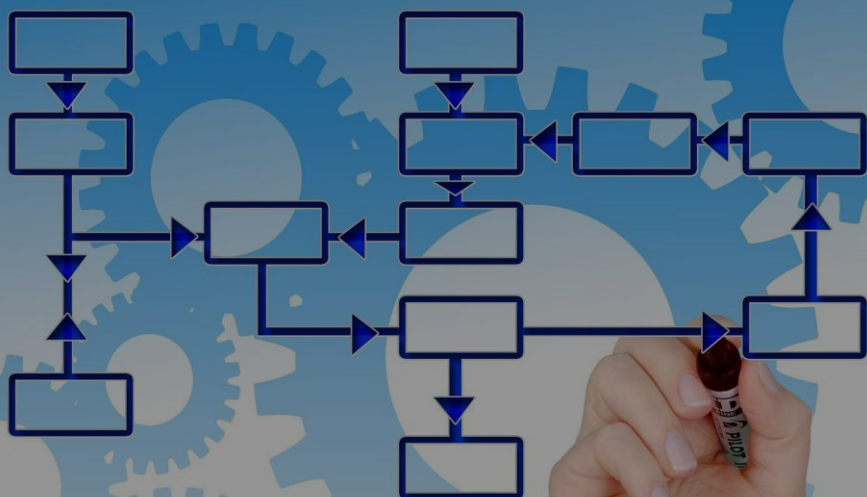


Interfaces entre tecnologias, trabalho e educação da educação profissional à inserção jovem e/ou feminina no mundo do trabalho



Roberta Rodrigues Ponciano
Luciene Correia Santos de Oliveira Luz
Adriana Cristina Omena dos Santos
(Orgs.)

Roberta Rodrigues Ponciano
Luciene Correia Santos de Oliveira Luz
Adriana Cristina Omena dos Santos
(Orgs.)

INTERFACES ENTRE TECNOLOGIAS, TRABALHO E
EDUCAÇÃO: DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL À
INSERÇÃO JOVEM E/OU FEMININA NO MUNDO DO
TRABALHO

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2019



NAVEGANDO

Navegando Publicações



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com

editoranavegando@gmail.com


Uberlândia – MG,

Brasil

Copyright © by autor, 2019.

I61184 – Ponciano, Roberta Rodrigues; Luz, Luciene Correia Santos de Oliveira; Santos, Adriana Cristina Omena dos (Orgs.). Interfaces entre tecnologias, trabalho e educação: da educação profissional à inserção jovem e/ou feminina no mundo do trabalho. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

ISBN: 978-85-53111-37-4

 10.29388/978-85-53111-37-4-0

1. Educação 2. Tecnologias 3. Trabalho. I. Roberta Rodrigues Ponciano; Luciene Correia Santos de Oliveira Luz; Adriana Cristina Omena dos Santos. II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 372.35

CDU – 37

Revisão/ Diagramação – Lurdes Lucena

Arte Capa – Carlos Lucena

Índices para catálogo sistemático

Educação 370

Ciências Sociais 300



Editores

Carlos Lucena – UFU, Brasil

José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil

José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

Conselho Editorial

Afrânio Mendes Catani – USP, Brasil

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires, Argentina.

Ángela A. Fernández – Univ. Autónoma de Sto. Domingo, República Dominicana

Anselmo Alencar Colares – UFOPA, Brasil

Carlos Lucena – UFU, Brasil

Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil

Carolina Crisorio – Universidad de Buenos Aires, Argentina

Cílson César Fagiani – Uniube, Brasil

Christian Cwik – University of the West Indies, St. Augustine, Trinidad & Tobago

Christian Hausser – Universidad de Talca, Chile

Daniel Schugurensky – Arizona State University, EUA

Dermeval Saviani – Unicamp, Brasil

Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica, Costa Rica

Fabiane Santana Previtali – UFU, Brasil

Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena, Colômbia

Gilberto Luiz Alves – UFMS, Brasil

Hernán Venegas Delgado – Universidad Autónoma de Coahuila, México

Iside Gjergji – Universidade de Coimbra - Portugal

Iván Sánchez – Universidad del Magdalena –Colômbia

João dos Reis Silva Júnior – UFSCar, Brasil

Jorge Enrique Elías-Caro – Universidad del Magdalena, Colômbia

José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil

José Jesus Borjón Nieto – El Colégio de Vera Cruz, México

José Luis Sanfelice – Univás/Unicamp, Brasil

Lívia Diana Rocha Magalhães – UESB, Brasil

Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil

Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal

Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil

Paulino José Orso – Unioeste – Brasil

Raul Roman Romero – Universidad Nacional de Colombia – Colômbia

Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil

Robson Luiz de França – UFU, Brasil

Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana, Cuba

Silvia Mancini – Université de Lausanne, Suíça

Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal






Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra

Valdemar Sguissardi – UFSCar – (Aposentado), Brasil

Victor-Jacinto Flecha – Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, Paraguai

Yoel Cordoví Núñez – Instituto de História de Cuba, Cuba

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
Roberta Rodrigues Ponciano - Luciene Correia Santos de Oliveira Luz - Adriana Cristina Omena dos Santos	
 10.29388/978-85-53111-37-4-0-f.1-4	
CAPÍTULO 1	5
JUVENTUDE, TRABALHO E FAMÍLIA: O SENTIDO DO TRABALHO PARA O JOVEM APRENDIZ	
Leila Silva de Moura	
 10.29388/978-85-53111-37-4-0-f.5-16	
CAPÍTULO 2	17
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, POLÍTICA EDUCACIONAL PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL E EMPREGABILIDADE	
Cleide Francisca de Souza Tano - Robson Luiz de França	
 10.29388/978-85-53111-37-4-0-f.17-26	
CAPÍTULO 3	27
PERFIL DAS EGRESSAS DO PROGRAMA MULHERES MIL EM ITUMBIARA-GOÍÁS: DA VULNERABILIDADE SOCIAL AOS TRABALHOS FEMININOS	
Roberta Rodrigues Ponciano - Adriana Cristina Omena dos Santos	
 10.29388/978-85-53111-37-4-0-f.27-38	
CAPÍTULO 4	39
OS GUETOS OCUPACIONAIS E A DIFÍCIL INSERÇÃO FEMININA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Danielle Fernanda Moraes Pavan - Lucinéia Scremin Martins	
 10.29388/978-85-53111-37-4-0-f.39-52	


CAPÍTULO 5

53

EDUCAR PARA VELHICE:

**QUANDO VIVER E ENVELHECER SE TORNAM
DILEMAS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.**

Laísse Silva Lemos


 10.29388/978-85-53111-37-4-0-f.53-66

CAPÍTULO 6

67

**FORMAÇÃO, PERFIL E ATUAÇÃO DOCENTE:
REFLETINDO SOBRE O CURSO DE LICENCIATURA
EM QUÍMICA DO
IFG-CÂMPUS ITUMBIARA**

Luciene Correia Santos de Oliveira Luz - Roberta Rodrigues
Ponciano - Jussara Siqueira Nascimento - Adriana Cristina
Omena dos Santos


 10.29388/978-85-53111-37-4-0-f.67-76

CAPÍTULO 7

77

**PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE O TEMPO DE
TRABALHO AO LONGO DA CARREIRA:
UM ESTUDO SOBRE A INTENSIFICAÇÃO DO
TRABALHO EM GOIÁS**

Luciene Correia Santos de Oliveira Luz

 10.29388/978-85-53111-37-4-0-f.77-88

SOBRE OS AUTORES

89

APRESENTAÇÃO



A iniciativa em organizar este livro parte do anseio em divulgar e ampliar as discussões de pesquisadores, estudantes e trabalhadores, sejam no início de suas carreiras acadêmicas e profissionais, bem como aqueles que já trilharam tais caminhos e que podem contribuir com os leitores interessados nas temáticas propostas.

Os autores possuem uma formação em instituições de ensino e trabalho bastante diversificados, trazendo para esta obra seus olhares e análises que permeiam os campos da educação e do trabalho, temáticas essas tão relevantes para entendermos o mundo contemporâneo, sua dinâmica, sua estrutura, suas contradições e suas mudanças. Pesquisas sobre educação, trabalho e gerações, educação profissional, tecnologias, trabalho e gênero, formação de professores e trabalho docente se fazem presentes e demonstram uma diversidade de campos nos quais os pesquisadores têm se debruçado a refletir em estudos ligados à graduação e à pós-graduação.

O livro é composto por uma coletânea de estudos recentes, com sete artigos de temáticas diversas que serão descritas a seguir. O capítulo 1 apresenta o artigo “Juventude, trabalho e família: o sentido do trabalho para o jovem aprendiz” da pesquisadora *Leila Silva de Moura*, que demonstra o sentido do trabalho para jovens aprendizes identificado em suas percepções de vida e em relação ao mundo do trabalho. Aborda um cenário de trabalho precoce, assédio sexual, consumo, envolvimento familiar e tempo escasso para descanso e lazer.

No capítulo 2 tem-se o artigo “Reestruturação produtiva, política educacional profissionalizante no Brasil e empregabilidade” da pesquisadora *Cleide Francisca de Souza Tano* e do pesquisador *Robson Luiz de França* cujo objetivo é apresentar reflexões sobre as mudanças no papel do Estado e nos processos produtivos e seus impactos na política de educação profissionalizante a partir de 2008. Para isto, apre-

senta estudos bibliográficos sobre as mudanças no setor produtivo além das novas dinâmicas que permeiam o meio rural.

O artigo “Perfil das egressas do programa mulheres mil em Itumbiara-Goiás: da vulnerabilidade social aos trabalhos femininos” das pesquisadoras *Roberta Rodrigues Ponciano* e *Adriana Cristina Omena dos Santos*, compõe o capítulo 3, abordando o perfil social e econômico das egressas dos cursos oferecidos pelo Programa Mulheres Mil no IFG-Câmpus Itumbiara, discutindo fatores como renda, classe, gênero, escolaridade e trabalho.

No capítulo 4, apresentamos o artigo “Os guetos ocupacionais e a difícil inserção feminina na educação profissional e tecnológica” das pesquisadoras *Danielle Fernanda Morais Pavan* e *Lucinéia Scremin Martins*, que tem como objetivo investigar a inserção feminina na gestão da educação profissional e tecnológica. Apresenta estudos e reflexões que demonstraram a posição de desigualdade de gênero no mundo do trabalho e na Educação Básica, envolvendo os salários, condições de trabalho e carreira.

O artigo “Educar para velhice: Quando viver e envelhecer se tornam dilemas da sociedade contemporânea” da pesquisadora *Láísse Silva Lemos*, encontra-se no capítulo 5, e aborda a inserção dos idosos na sociedade brasileira nos dias atuais nas quais uma baixa qualidade de vida e discriminação se fazem presentes. Discute também temáticas como o processo de envelhecimento, o trabalho e a proteção social.

Tem-se o capítulo 6 cuja temática é “Formação, perfil e atuação docente: Refletindo sobre o curso de Licenciatura em Química do IFG-Câmpus Itumbiara” das pesquisadoras *Luciene Correia Santos de Oliveira Luz*, *Roberta Rodrigues Ponciano*, *Jussara Siqueira Nascimento* e *Adriana Cristina Omena dos Santos*, que se propõe a refletir sobre a formação e a profissão docente dos egressos numa pesquisa descritiva e uma metodologia qualitativa. A partir de dados bibliográficos e documentais, descreve a presença feminina em destaque entre os egressos deste curso e os desafios daqueles que se ingressam na profissão docente.

E o capítulo 7, com o artigo “Percepções docentes sobre o tempo de trabalho ao longo da carreira: um estudo sobre a intensificação do trabalho em Goiás” da pesquisadora *Luciene Correia Santos de Oliveira Luz*, que buscou apresentar os resultados de uma pesquisa

sobre os ritmos e temporalidades de trabalho de professores da Educação Básica. Numa metodologia qualitativa, traz uma reflexão sobre o perfil do trabalho assumido pelos docentes e suas percepções sobre esta quantidade de trabalho.

Por último, há uma breve apresentação dos autores e seus currículos.

Por fim, desejamos uma boa leitura a todos. Com o acesso aos textos apresentados nesta obra, esperamos estabelecer um diálogo com os leitores e poder ampliar o debate.

As organizadoras,

*Roberta Rodrigues Donciano
Luciene Correia Santos de Oliveira Luz
Adriana Cristina Omena dos Santos*

CAPÍTULO 1

JUVENTUDE, TRABALHO E FAMÍLIA: O SENTIDO DO TRABALHO PARA O JOVEM APRENDIZ

Leila Silva de Moura

Introdução



Este capítulo apresenta o sentido do trabalho para os jovens aprendizes, objetivo alcançado por meio de suas percepções sobre as próprias vidas e o mundo do trabalho. O contexto dessa pesquisa é um cenário de trabalho precoce, assédio sexual, consumo, envolvimento familiar e tempo escasso para descanso e lazer.

Os dados aqui apresentados foram produzidos em pesquisas que desenvolvi no Mestrado (2009) e no Doutorado (em curso) em Sociologia, pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Ao todo, participaram da pesquisa 144 jovens (do sexo feminino e masculino) aprendizes e egressos de um programa profissionalizante da Fundação Pró-Cerrado em parceria com o Estado de Goiás, o Programa Jovem Cidadão. Por meio deste, jovens com idade entre 14 e 18 anos participam de atividades teóricas e práticas voltadas ao mercado de trabalho. Durante as atividades teóricas, aprendem sobre rotinas administrativas, comportamento em ambiente de trabalho, produção de currículo, informática, meio ambiente e sociedade. Nas atividades práticas, atuam em instituições públicas ou privadas: exercem funções variadas como atendente, telefonista, estoquista, auxiliar administrativo, entre outras.

Um requisito do Programa Jovem Cidadão é que durante sua permanência no curso de qualificação profissional, estes jovens estejam matriculados na escola.

Esse tipo de qualificação profissional para jovens adolescentes teve início em 2001, com a promulgação da Lei 10.097 de dezembro de 2000, conhecida como Lei do Menor-Aprendiz. A mesma determi-

na que empresas de médio e grande porte destinem uma porcentagem de vagas para jovens aprendizes, constituindo uma política pública para o fomento do Primeiro Emprego.

No Brasil, inúmeras fundações de caráter filantrópico ou educativo oferecem treinamento para jovens aprendizes e os encaminham para as empresas, que destinam as vagas para o trabalho na prática. No caso da Fundação Pró-Cerrado, em Goiânia, as vagas são destinadas somente a jovens em situação de risco e vulnerabilidade social e de famílias de baixa renda.

Para esses jovens, a inserção no mundo do trabalho representa uma realização pessoal. Na medida em que a família e a sociedade passam a respeitá-los pela condição de trabalhadores, eles passam a se enxergar de outra forma, sua autoestima se eleva e se sentem independentes, responsáveis e satisfeitos. O consumo também explica parcialmente o sentimento de satisfação, pois, segundo esses jovens, é importante poder comprar o que necessitam e o que desejam com dinheiro do seu próprio trabalho.

Desenvolvimento

Na sociedade brasileira, “o trabalho se afirma como um valor cultural e simbólico” (MARTINS, 1997, p. 98), um valor moral: de caracterização da honestidade e bom caráter. Essa forma da representação social do trabalho pode ser um dos fatores que explicam o crescente número de adolescentes e de crianças no mundo do trabalho. Apesar das iniciativas e políticas públicas para a erradicação do trabalho infantil e para a valorização da escola, ainda é significante o número de crianças e de jovens adolescentes que trabalham irregularmente no Brasil, sacrificando o tempo dos estudos, do lazer e do descanso.

De forma ilegal, inúmeras crianças são utilizadas como mão de obra, de toda espécie. Podemos constatar essa realidade nas estatísticas. Segundo os dados da Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD) referentes ao ano de 2014, o índice de crianças e adolescentes trabalhando aumentou consideravelmente em relação ao ano anterior: 4,5%, o que equivale a cerca de 143,5 mil jovens a mais nesta condição.

Em 2014, havia 3,3 milhões de pessoas na faixa etária entre 5 a 17 anos de idade trabalhando no Brasil. Encontravam-se na situação de trabalho infantil (ou seja, pessoas com idade entre 5 e 13 anos) 554 mil crianças. Destas, 70 mil estavam no grupo etário de 5 a 9 anos de idade, e 484 mil no grupo de 10 a 13 anos de idade. Entre os adolescentes brasileiros de 14 a 17 anos de idade, 2,8 milhões estavam trabalhando em 2014. Se esses dados são alarmantes, existe uma realidade ainda mais crítica, visto que tais números não contemplam famílias em situação de rua e nem aquelas famílias que por ventura se omitiram em relação às atividades laborais de suas crianças.

De acordo com os dados da PNAD de 2014, a porcentagem de jovens com idades entre 15 a 17 anos que trabalhavam naquele ano, representava 2,5% da população ocupada, ou seja, que trabalha, no entanto, não se distingue se estes jovens trabalhavam como aprendizes ou não. Em relação ao trabalho infantil de crianças com idades entre 5 a 9 anos, em 2014, o número aumentou consideravelmente em relação ao ano de 2013, de 61.000 para 70.000 crianças.

Nas entrevistas que realizei com os jovens aprendizes, alguns descreveram a realidade da inserção laboral precoce e perigosa que caracteriza o Brasil dos jovens economicamente não favorecidos, como no seguinte caso:

Com minha entrada no Pró-Cerrado, minha vida não era ruim, mas mudou muito. Eu trabalhava em obras fazendo serviço pesado com serra elétrica e cimento. Agora, eu não faço serviço pesado e estou aprendendo bastante. Mudei muito. Não tenho trabalho pesado e não tem riscos de acidente como havia antes. (Masculino, 17 anos)

No Brasil, a desigualdade social cria uma classe trabalhadora que sofre e não conhece outra forma de vida: sem exploração, sem humilhação, sem medo e sem assédios. E o futuro de seus filhos aponta, geralmente, para o mesmo destino.

Nesse contexto, a sociedade brasileira tem reforçado o discurso que relaciona jovens ao mundo da criminalidade. Essa é uma das principais razões para que as famílias de assalariados¹ incentivem o ingresso de seus jovens no mundo do trabalho, de modo que a maioria

¹ Referência àqueles trabalhadores que recebem salário mínimo; hoje de 937 reais.

dos adolescentes brasileiros de baixa renda exerce alguma atividade remunerada para contribuir com a renda familiar e cobrir gastos pessoais impossíveis de serem arcados pela família.

Nesse sentido, é possível apontar dois fatores que levam, cada vez mais precocemente, ao ingresso dos jovens no mundo do trabalho: (1) a complementação da renda familiar e (2) a representação social que define o trabalho como sendo o melhor caminho para esses jovens – os filhos de assalariados – como uma forma de evitar que ingressem na criminalidade. Esse medo ronda as famílias, que, muitas vezes, vislumbram o trabalho como sua única saída.

Os jovens (principalmente os do sexo masculino) são pressionados pela família e pela sociedade em geral para ocuparem seu tempo livre com o trabalho. Inclusive grande parte dos jovens aprendizes já trabalhava antes do ingresso no programa de aprendizagem profissional, ressaltando também a questão de diferença de remuneração, que apenas a metade de um salário mínimo para o jovem aprendiz: “Trabalhava ilegalmente, mas recebia um salário melhor”. (Masculino, 16 anos)

A necessidade em complementar a renda familiar é, de fato, o que os jovens se sentem levados a trabalhar. E, para Viana (2015), com a desigualdade, os desafios no mundo do trabalho se tornam ainda mais agressivos para os jovens pertencentes à classe dos trabalhadores assalariados. Segundo o autor,

Os jovens oriundos das classes exploradas encontram-se numa situação ainda mais grave se relacionarmos os problemas dos trabalhadores [...] um processo de superexploração e precarização da força de trabalho e, ao lado disso, crescimento do desemprego. (VIANA, 2015, p. 70)

A construção de um conceito de juventude que independe das relações sociais, históricas e culturais impossibilita o desenvolvimento de um retrato próximo da realidade da juventude brasileira. No entanto, é possível compreender e desenvolver esse conceito por meio do estudo das juventudes, ampliando as possibilidades de se conhecer o jovem na sua diversidade, ou seja, em meio a sua condição econômica, social e cultural, de acordo com sua região, escolaridade, renda familiar, trabalho, necessidades, dentre outros fatores. Assim é importante ter bem claro qual juventude se está aqui abordando.

A categoria juventude determinada por faixa etária é, sem dúvida, uma importante definição social. Assim como os demais grupos de idade, a faixa etária juvenil é uma criação sociocultural que representa as transformações ocorridas nas relações sociais com os processos de modernização e as novas configurações das sociedades contemporâneas.

A juventude surge como uma dessas novas configurações para a análise sociológica, assim como as relações de gênero e étnico-raciais. Porém, a juventude pensada exclusivamente como uma faixa etária não compreende as inúmeras características, formatos e comportamentos que traduzem os jovens na realidade. Como afirma Groppo (2010, p. 20), “as faixas etárias e as categorias sociais delas oriundas são criações socioculturais”.

O tempo para descanso, lazer e estudos se torna escasso para esses/as adolescentes, mas é a independência e relação familiar que mais os preocupam. Os/as jovens aprendizes em suas falas dão prioridade à qualidade da relação familiar. Geralmente, contemplam o trabalho como um dos principais elos que facilitam a solidariedade, a afetividade e a compreensão no ambiente familiar. Nesse sentido, quando ingressa no mundo do trabalho, o jovem se sente mais integrado à família, que passa a respeitá-lo, passa a proporcionar maior liberdade e autonomia frente a sua própria vida e rotina social.

A família, a escolarização, o consumo, o lazer e o futuro fazem parte das preocupações dos jovens entrevistados. E eles relacionam esses elementos com o mundo do trabalho, o qual representa um elo importante entre os variados componentes que formam seu cotidiano. Assim, o trabalho está também diretamente relacionado com os sonhos e objetivos de vida. Trechos dos depoimentos e entrevistas desses jovens aprendizes confirmam essa realidade:

Antes eu era dependente totalmente dos meus pais, não tinha toda liberdade, porém tinha mais tempo livre e minha vida não era tão corrida. Hoje, eu tenho pouco tempo para sair e me divertir, pois tenho que conciliar o trabalho e a escola. Mas, tenho minha independência financeira e sou mais respeitada em casa, por ter mais experiência. (Feminino, 17 anos)

Eu chegava da escola e dormia, achava isso ruim, mas, agora sinto falta. Mas, tenho que pensar que muitos queriam ter a

oportunidade que eu tive e depois desse posso comprar as minhas coisas. Tornei-me mais independente, responsável, mais paciente. Sou muito mais responsável. Aprendi que a vida não é fácil e agora sei o que meus pais gastavam comigo. Hoje, graças à Fundação posso cobrir meus gastos. (Feminino, 16 anos)

Era muito ruim, pois, a minha mãe vivia falando para eu trabalhar. Agora está muito melhor. Antes qualquer coisa que eu queria eu tinha que pedir para minha mãe. Agora eu vou lá e compro as coisas no meu nome: só falo para minha mãe e ela concorda porque, agora, estou trabalhando. É muito gostoso sentir a liberdade de pegar o dinheiro que eu ralei duro para conseguir. Agora estou mais próxima da minha mãe também. (Masculino, 16 anos)

Não tinha noção de como era uma rotina profissional em uma empresa e nem sabia em que iria me formar. Hoje, minha vida é focar objetivos e estudar para que no futuro eu tenha uma vida financeira mais estabilizada. (Masculino, 17 anos)

Era muito ruim antes. Eu não fazia nada, ficava a tarde inteira na rua e dava-me vontade de comprar roupas e não tinha dinheiro para passear e eu não podia ajudar minha família, pois minha mãe estava desempregada. A situação estava feia. Minha vida agora é outra. Tenho um serviço e uma vida maravilhosa, pois ajudo a minha mãe e ainda dá para comprar algumas coisas, mesmo sendo pouco: mas, dá para sobreviver e suprir algumas necessidades que tenho. A melhor coisa que poderia ter me acontecido é esse serviço, pois adoro trabalhar nele. (Feminino, 17 anos)

Como aprendiz, trabalhei na área jurídica e, depois, me tornei advogado. Ser aprendiz me inseriu em um ambiente social livre de más influências, com o aprendizado de uma profissão que mudou minha vida para melhor. Nasci e fui criado na periferia: um ambiente onde a violência predomina, com isso teria uma chance muito grande de me envolver na criminalidade, não teria aprendido uma profissão e formado minha personalidade positiva e proativa. (Egresso, 29 anos)

A iniciativa de inserir jovens no mercado de trabalho (respeitando o tempo de estudo e o seu desenvolvimento físico, psicológico, mental e social) é importante em um país no qual milhares de crianças

e jovens ainda são desrespeitados no direito de estudar e são exploradas no mundo do trabalho. Segundo Marin (2006), o direito de estudar da criança e do adolescente é desrespeitado em prol do trabalho, tanto na cidade, como na área rural. “Dessa forma, o poder econômico impede o exercício dos direitos, como critérios normatizadores das relações sociais, necessários à garantia de padrões mínimos de civilidade”. (MARIN, 2006, p. 117)

Ao mesmo tempo, por pertencerem às famílias de assalariados, os jovens de baixa renda sentem a necessidade de ingressarem no mercado de trabalho o mais cedo possível. Com isso, geralmente, eles buscam uma ocupação diferente da qualificação profissional, que costuma ser cara, de longa duração e, em alguns casos, não é suficiente para enfrentar um mercado sempre em transformação. E o preparo para alcançar uma ocupação pode ser para muitos o meio mais provável, mais barato e mais rápido para conquistar um espaço no mercado de trabalho, o que gera um impasse na vida desses jovens.

Para Branco (2005), a desigualdade social que se expressa no nível de renda das famílias proporciona a continuidade da situação de precariedade desses trabalhadores, perpetuando um ciclo da pobreza. Esses jovens que se encontram em posições ocupacionais de baixa qualidade, de vínculos empregatícios precários e de menor remuneração (no mercado de trabalho informal) têm aí também comprometidos os seus estudos e a própria formação profissional.

Os anseios juvenis relacionados ao trabalho, representam um importante elemento para compreender os valores, a sociedade e a família. A atividade remunerada na vida desses jovens não representa apenas uma ocupação, reconhecimento profissional ou experiência, representa sobretudo uma renda, e por meio do salário se complementa o rendimento familiar e a satisfação de consumo desses jovens. Com isso, os jovens trabalhadores se sentem úteis e importantes em seu meio social. E a valorização pelo trabalho é maior quando se trata do mercado de trabalho formal, pois, além do salário, a carteira assinada representa os direitos do trabalhador, fazendo o emprego assumir mais importância na sua vida.

Diferentes perspectivas destacam os valores que sustentam o enaltecimento do trabalho. Sarti (2007) aponta os valores morais como fortes elementos subjetivos que contribuem para a superação de

situações de degradação do próprio trabalhador. Segundo a mesma autora, o valor moral atribuído ao trabalho compensa as desigualdades socialmente dadas na medida em que é construído dentro de outros referenciais simbólicos diferentes daqueles que o desqualificam socialmente.

Segundo a autora, o valor do trabalho e o benefício social que deste decorre, não se inscrevem na lógica do cálculo econômico do mercado, ou seja, o trabalho vale não só por seu rendimento econômico, mas por seu rendimento moral.

O valor moral atribuído ao trabalho contribui também para manutenção da exploração capitalista, pois mantém o trabalhador comprometido moralmente com o trabalho, mesmo que a atividade implicada no labor se mostre alienante, monótona e de baixa remuneração.

Nessa perspectiva, o indivíduo que não trabalha não é reconhecido como indivíduo moral. O ato de não trabalhar representa não apenas a privação material, mas, sobretudo, moral. “Os pobres, sem dúvida, aprendem em casa e na escola que é através de seu trabalho e esforço que o indivíduo deve achar seu lugar no mundo social” (SARTI, 2007, p. 94).

Para Marx e Engels (2004), na sociedade capitalista, quanto mais alienado mais inserido na ideologia burguesa está o trabalhador, e, portanto, mais desumanizado ele fica.

No desenvolvimento das forças produtivas chega-se a uma etapa em que são originadas forças produtivas e formas de troca e junto disso, surge uma classe que tem que suportar todos os ônus da sociedade sem usufruir de suas vantagens. (MARX; ENGELS, 2004, p. 105)

Os jovens tendem a se espelhar no comportamento adulto, e, conseqüentemente, no capitalismo, passam a se comportar, viver e consumir como os adultos. O mercado consumidor gera, por meio das propagandas, a necessidade de consumir, em muitos casos, o dispensável, o novo, o lançamento, e, nesse sentido, o consumo passa a fazer parte da vida desses jovens. Por meio da moda e estilos de vida, os jovens constroem suas identidades sociais, constituindo seus grupos ou tribos de acordo com o que vestem e objetos que usam, ou melhor, conforme com o que consomem.

Segundo Costa (2004, p. 78), o “consumo é uma metáfora que alude à rapidez com que adquirimos novos objetos e inutilizamos os velhos”.

Adquirir bens de consumo supérfluos tem se tornado um ato quase espontâneo em nossa sociedade. Os constantes lançamentos de mercadorias fetichizadas pelos meios de comunicação não são os desejos somente dos jovens, os adultos participam ativamente desse mercado e não deixam de influenciar o comportamento desses jovens, e, de um modo geral, esse fenômeno se refere ao consumo de produtos de marca e da moda.

Viver em uma sociedade de consumo e participar dessa sociedade significa, portanto, consumir, e é em busca desse fim que os jovens, geralmente, procuram uma vaga no mundo do trabalho.

O consumo tem se revelado um fator cada vez mais importante de reconhecimento social em nossa sociedade. É por meio da remuneração que o trabalho satisfaz o indivíduo, no sentido de se diferenciar como um consumidor. Para Castel (1998), é a partir da posição ocupada na condição de assalariado que se define a identidade social.

Nesse sentido, o trabalhador informal se vê, na maioria dos casos, em um conflito de identidade social, pois está fora de um quadro definido historicamente que legitima o papel de cada trabalhador na sociedade, assim como a sua aceitação como cidadão e, sobretudo, como consumidor. Nesse mesmo sentido, para Gorz (2003), o indivíduo socializado pelo consumo não é mais um indivíduo socialmente integrado, mas um indivíduo que é levado a desejar ser ele mesmo, a se individualizar e distinguir dos outros, e que, canalizado socialmente para o consumo, aos outros só se assemelha pela recusa em assumir, por meio de uma ação comum, sua condição comum.

Os consumos compensatórios surgem como motivações, são características de uma sociedade consumista que prioriza valores hedonistas de conforto e de prazer imediato. Segundo o autor, as satisfações estão relacionadas ao poder de consumo, “[...] deseja-se obter trabalho funcional para poder consumir mercadorias. É precisamente a monetarização crescente das necessidades, dos prazeres e das satisfações”. (GORZ, 2003, p. 53)

Um jovem aprendiz declara a importância da independência financeira a partir do trabalho: “Antes eu só ficava na rua. Tenho mais responsabilidade. A minha vida agora é boa. Tornei-me uma pessoa independente. Eu compro minhas coisas com meu próprio salário”. (Masculino, 17 anos)

Contudo, essa realidade traz consigo outras situações de trabalho que para esses jovens são negativas para suas vidas, como, por exemplo, a falta de tempo para a vida pessoal e outras atividades, e as situações de assédio sexual no ambiente de trabalho. Trechos dos depoimentos de jovens aprendizes confirmam essa realidade:

Eu ia para a escola, chegava e dormia depois eu ia jogar bola, ou seja, não fazia nada depois da escola. Às vezes eu fazia algum trabalho da escola e só. Agora minha vida é cansativa, pois não tenho tempo de fazer trabalhos de escola, jogar bola e, às vezes, não tenho tempo de dormir, pois tenho geralmente mais de três trabalhos da escola para fazer. (Feminino, 17 anos)

Eu daria um conselho as aprendizes lá do prédio, principalmente lá do meu serviço, que ficam dando moral para os patrões e outros que trabalham lá, que são mais velhos e às vezes se relacionam e até engravidam dos caras e os caras não estão nem aí para elas. [...] A maioria dos caras são casados. [...] Isso não é divulgado, não é falado, mas por debaixo do pano, isso acontece direto. (Feminino, 17 anos)

Quando trabalhava ocorriam piadas e humilhações de que eu era “devagar”, “muito lerdo”, que tinha “problemas psicológicos”. (Egresso, Assistente Social)

No meu caso, já fui vítima de preconceito poucas vezes, não de forma direta, mas sim indiretamente, com palavras em forma de brincadeiras, principalmente pelo meu nível de cultura que era baixo. Mas o profissionalismo me fez olhar para frente e me desenvolver. (Egresso, Advogado)

Considerações finais

Refletir sobre a juventude e trabalho deixando de lado temas como desigualdade social, família e consumo representa a construção

incompleta de um cenário analítico para contemplar a realidade do cotidiano juvenil no Brasil.

A própria definição de juventude neste contexto está relacionada diretamente com conceitos que contribuem com a compreensão de uma sociedade que legitima o trabalho e o consumo como as principais formas de representação de identidades juvenis. E, para além do que se espera de uma sociedade capitalista e socialmente desigual, os jovens aprendizes apresentam outros elementos importantes de suas preocupações e interesses: estarem bem com suas famílias e serem felizes, não tendo de se submeter à exploração infantil e ao assédio sexual.

Referências

BRANCO, P. P. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 129-148.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução: Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

COSTA, J. F. Perspectivas da juventude na sociedade de mercado. In: NOVAIS, R.; VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 75-88.

FUNDAÇÃO PRÓ-CERRADO. **Dados referentes aos jovens aprendizes**. Disponível em: <<http://www.fpc.org.br/site/index.html>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho - busca de sentido**: crítica da razão econômica. Tradução: Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2003.

GROPPO, L. A. **Juventude**: ensaios sobre Sociologia e História das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2010.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: síntese de indicadores 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

MARIN, J. O. B. **Trabalho infantil**: necessidade, valor e exclusão social. Goiânia: Editora UFG, 2006.

MARTINS, H. H. T. S. O jovem no mercado de trabalho. In: **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, ANPEd, n. 6, set.-dez. 1997, p. 96-109. Disponível em: <http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_10_HELOISA_HELENA_TEIXEIRA_DE_SOUZA_MARTINS.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2018.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

MEDEIROS, C. **Jovem aprendiz**. Curitiba: Appris, 2016.

MOURA, L. S. **Juventude e trabalho**: o sentido do trabalho para o jovem aprendiz. 2009. 107 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

SARTI, C. A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VIANA, N. **Juventude e sociedade**: ensaios sobre a condição juvenil. São Paulo: Giostri, 2015.

CAPÍTULO 2

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, POLÍTICA EDUCACIONAL PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL E EMPREGABILIDADE¹

Fleide Francisca de Souza Tano
Robson Luiz de França

Introdução



Este trabalho visa apresentar reflexões sobre as mudanças no papel do Estado e nos processos produtivos e seus impactos na política de educação profissionalizante a partir de 2008. Inicialmente apresenta estudos bibliográficos sobre as mudanças no setor produtivo, em especial no setor agroindustrial, apresentando as novas dinâmicas no meio rural, discutindo também as alterações no papel do Estado no final do século XX, em que o mesmo deixa de assumir funções de provedor de bem-estar social e passa a assumir mais funções reguladoras e normativas.

Em seguida, apresenta a evolução que houve nas escolas profissionalizantes com os Institutos Federais, bem como apresenta os resultados da pesquisa de mestrado da autora, concluída em 2016, em que buscou saber a medida da empregabilidade dos egressos do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, Campus Ituiutaba.

Dentre os autores que fundamentam este trabalho destacam-se Marx (2013), Hobsbawm (2015), Frigotto (2001), Lucena et. al. (2014). Estes autores discutem as mudanças ocorridas no século XX e seus impactos nas condições de trabalho, de vida do trabalhador, bem como na educação. Espera-se que este trabalho possa contribuir com

¹Este trabalho é parte integrante de Dissertação de Mestrado da autora, apresentado e publicado nos anais do XIII CIHELA 2018 – Congresso Iberoamericano de História da Educação Latinoamericana - Montevideo, 2018.

o debate e reflexões sobre as políticas de educação profissionalizante e tecnológica integrada ao ensino médio.

Mudanças no setor produtivo e na educação

Diversos autores discutem sobre as mudanças no setor produtivo a partir de 1990, destacamos as contribuições de Balsadi (2001) que discute a presença de novas dinâmicas no meio rural que têm apresentado reflexos positivos na economia da região, sendo que estes novos arranjos locais começam a exigir do Estado novas políticas educacionais também.

As contribuições de Balsadi (2001), Locatel (2012) e Martins et al (2014) mostram bem os reflexos do Neoliberalismo. No caso das agroindústrias, destaca-se as saídas das indústrias das cidades para o campo e a ausência de fronteiras e avanços na implementação de tecnologias. Estes fatos justificam a interiorização da educação, ou seja, a expansão da educação profissional e tecnológica via implantação de Campi dos Institutos Federais para o interior dos estados.

Nascimento (2012) discute as mudanças no setor produtivo no Maranhão, apontando o processo de modernização do Noroeste maranhense, área de abrangência da Ferrovia Carajás, e demonstra como que as mudanças no setor produtivo desta região impactaram nas mudanças na expansão da educação profissionalizante e tecnológica para esta região.

O quadro 1, apresentado em seguida, mostra como foi a evolução na expansão dos Campus dos Institutos profissionalizantes e tecnológicos no Brasil. Observando o estado do Maranhão, percebe-se que este recebeu um número considerável de 26 unidades.

Este quadro também mostra que na região Sudeste, Minas Gerais é o estado com maior número de campus, com um total de 55 campi. Reflexões sobre estes dados e sobre o cenário econômico da região permitem inferir que tanto no estado de Minas Gerais, quanto no de São Paulo houve um grande avanço na implantação de agroindústrias, em especial, usinas de álcool e açúcar.

Percebe-se que esta expansão, através da criação de campi vinculada aos Institutos Federais, representou para a população de muitas cidades do interior, melhores oportunidades de ensino, tanto pela

qualidade da educação, quanto por questões relacionadas a deslocamentos, pois, geograficamente, estão próximos dos cidadãos residentes no interior.

Os dados do MEC (2015) mostram que a Rede Federal viveu a maior expansão de sua história. Em 2008, a Lei 11.892, além de instituir a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, mediante a transformação e integração de escolas e centros técnicos em Institutos Federais. Sendo que são configurados como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, com o intuito de ofertar educação profissional e tecnológica de educação profissional mencionada anteriormente.

Posteriormente, a Lei 12.677/2012 equiparou o Colégio Pedro II aos Institutos Federais. Por região foram criados sete Institutos Federais na região Norte, 11 na região Nordeste, cinco na região Centro Oeste, 10 na região Sudeste, incluindo o Colégio Pedro II, e seis na região Sul.

Em número de campus, percebe-se que a região Nordeste está em primeiro lugar com 194 campi, e em segundo está a região Sudeste com 146; entretanto, vale ressaltar que a região Nordeste é composta por nove estados, enquanto que a região Sudeste apenas por quatro.

Quadro 1 - Evolução dos Campi dos Institutos Federais

REGIÕES	ESTADOS	PRE-EXISTENTES	CRIADOS	CRIADOS	CRIADOS	TOTAL
		ATÉ 2002	2003/2010	2011/2012	2013/2014	2015
		Nº DE CAMPUS	Nº DE CAMPUS	Nº DE CAMPUS	Nº DE CAMPUS	Nº DE CAMPUS
Brasil	Brasil	340	214	88	120	562
	Acre	0	1	3	1	5
	Amapá	0	0	2	2	4
	Amazonas	4	6	0	4	14
Norte	Rondônia	1	4	1	1	7
	Pará	7	6	1	5	19
	Roraima	1	1	1	1	4
	Tocantins	2	4	0	2	8
	Total	15	22	8	16	61
	Alagoas	4	0	7	4	15
	Bahia	9	11	2	9	31
	Ceará	5	17	1	6	29
	Maranhão	4	10	4	8	26
	Pernambuco	8	6	1	9	24
Nordeste	Rio Grande do Norte	5	12	1	3	21
	Sergipe	3	0	3	4	10
	Paraíba	6	3	3	6	18
	Piauí	5	9	3	3	20
	Total	49	68	25	52	194
	Distrito Federal	0	2	7	1	10
	Goiás	6	7	4	5	22
Centro-oeste	Mato Grosso	3	7	1	3	14
	Mato Grosso do sul	0	1	6	3	10
	Total	9	17	18	12	56
	Espírito Santo	6	11	1	2	20
	Minas Gerais	22	19	8	6	55
Sudeste	São Paulo	3	18	8	8	37
	Rio de Janeiro	8	18	1	7	34
	Total	39	66	18	23	146
	Paraná	8	13	3	7	31
Sul	Rio grande do Sul	12	12	9	7	40
	Santa Catarina	8	16	7	3	34
	Total	28	41	19	17	105

Fonte: Elaborado pela autora com dados do MEC/REDE DE EXPANSÃO/SIMEC/2015.

Reflexões sobre este assunto, permite inferir que a transformação e integração de Centros de Ensino e Escolas Técnicas em Institutos Federais e, em seguida, a expansão de vários campi em várias unidades da federação (MEC, 2007), ampliaram o atendimento aos empreendimentos na indústria e na agricultura.

Expansão da Rede de Educação Profissionalizante e Tecnológica no Brasil

Em 2008, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96 sofreu alterações, mediante a Lei 11.741/2008. Esta foi implementada, ao longo dos anos de 2009 e 2010, com o objetivo de redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

Uma mudança importante trazida pela Lei 11.741/2008, que alterou a LDB 9394/96, no que se refere à educação profissional, prevista no Artigo 39, § 2º, I e III é que essa modalidade de formação passou ser a formação inicial e continuada ou qualificação profissional e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Para se ter uma ideia, com as mudanças na Educação Profissional, tanto conceitual como de modelo de formação, os números da evolução de matrículas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, no período de 2003 a 2012, se mostraram muito expressivos. Pois, antes da expansão no ano de 2003, foram registradas 86.700 matrículas na Educação Básica – incluindo matrículas em técnico de nível médio concomitante e subsequente, ensino médio integrado e EJA integrado – e, 46.600 matrículas na educação superior, incluindo graduação e pós-graduação (MEC, 2014).

Já em 2012, os números expandiram para 224.900 matrículas na Educação Básica e 132.600 matrículas na Educação Superior (MEC, 2014, p. 38). Observa-se que houve uma expansão de aproximadamente 159,40% na Educação Básica e na Educação Superior foi de 184,55%; vale salientar que nesses números estão inseridos os números da educação profissional e a tecnológica de nível superior e pós-graduação.

No tópicos seguintes apresentamos os resultados da pesquisa de campo, bem como as considerações finais.

Resultados e discussões

Os dados da pesquisa de campo da autora permitiram traçar o perfil dos respondentes. Dos 43 respondentes, 13 eram do sexo masculino e 30 do sexo feminino. Destes, nove eram formandos da turma de 2012, 13 formandos em 2013, 15 formandos em 2014 e seis formandos em 2015. Entre os 43 respondentes, apenas 10 estão empregados nas áreas da educação; supermercado; administração; serviço público; jovem aprendiz industrial da BP - Ituiutaba Bioenergia, empresa processadora de cana de açúcar; atendente de telefonia; escritório de advocacia. E ainda, uma declarou-se autônoma trabalhando na área de maquiagem, outro se declarou empresário na área de tecnologia, uma declarou-se estagiária na UFU e uma declarou-se bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID-UFU).

Dos 43 respondentes, 42 estão matriculados em curso superior. Os cursos em que os respondentes estão estudando, bem como a quantidade de alunos que mencionaram estar matriculado nestes cursos são: Administração - cinco; Agronomia - três (um mencionou que estuda na UEMG - Campus Ituiutaba); Análise e Desenvolvimento de Sistemas - um; Bacharelado em Matemática, na UFU, e Engenharia Civil, na UNIUBE - um; Bacharelado somente em Matemática - um; Ciências Biológicas - um; Curso de Biotecnologia, na UFU - um; Direito - cinco (um mencionou que é na UEMG); Engenharia Aeronáutica, na UFU - um; Engenharia Biomédica - um; Engenharia da Computação - um; Engenharia de Alimentos - dois (um mencionou que estuda no UFTM); Engenharia de Produção - três (um mencionou que estuda na UFU); Engenharia Elétrica - cinco (um mencionou que estuda na UFU); Engenharia Mecânica, na UFU - um; Engenharia Química - um; Faculdade de Estética e Imagem Pessoal - um; Gestão em Saúde Ambiental, na UFU - um; Medicina - dois (uma mencionou que estuda na UNB); Odontologia - um; Pedagogia, na UFU - um; Relações Internacionais - um; Sistema de Informação, na UEMG - um; Veterinária - um.

Os dados mostram que ao longo do tempo, em especial no período de 2008 a 2015, a educação profissionalizante e tecnológica passou por avanços sem precedentes, fruto das condições políticas e econômicas do país. Além disso, estes avanços são bem maiores que apenas o crescimento em números de matrículas, números de cursos ou em ampliação de estruturas, uma vez que potencializaram melhorias nos processos formativos.

Os dados de nossa pesquisa mostram indícios de superação no sentido de uma formação melhor com a educação profissionalizante e tecnológica integrada ao Ensino Médio, porém, conforme Marx (2013) defende, totalmente vulnerável as condições presentes postas pelo modo de produção vigente.

A pesquisa de campo permite concluir que no caso da amostra que analisamos, os avanços no sentido de acesso ao Ensino Superior são maiores que à empregabilidade. Especificamente nos resultados desta pesquisa, percebe-se uma postergação da tentativa de acesso ao emprego, e maior valorização da formação superior e para grande número de respondentes, há a opção ou imposição pela dupla jornada de trabalho e estudo.

Percebe-se, também, que há egressos inseridos em áreas profissionais diferentes da área de sua formação e também que muitos estão matriculados em cursos adversos ao setor agroindustrial. Realidade que nos permite defender que há por parte do aluno uma negação da educação profissionalizante tecnológica nos moldes como está posta. Entretanto, há também uma busca por aproveitar a melhor oportunidade que estes têm disponível em matéria de Ensino Público, para ingressar ao Ensino Superior, mesmo que tenha que se submeter a aulas práticas e, neste caminho, concluímos que muitos mudam sua percepção sobre as aulas práticas e técnicas.

Considerações finais

Especificamente no caso da amostra desta pesquisa, consideramos que o acesso ao Ensino Superior é maior que à empregabilidade. Porém, esses avanços ainda são pequenos no sentido de uma Escola Pública unitária, capaz de também preparar para o convívio social, a vida cidadã e a construção de projetos sociais e alternativos. Ressalta-

mos, entretanto, que não podemos generalizar este resultado, devido à limitação de representação que nossa pesquisa apresenta.

Concluimos também com base nas respostas obtidas, que ainda há grandes desafios para o processo formativo ofertado pelo Instituto em análise, seja emancipador na perspectiva de autores como Frigotto (2001), Mészáros (2010), Frigotto e Ciavatta (2003), entre outros, tornando o cidadão capaz de ter envolvimento maior com a humanidade solidária, os projetos sociais alternativos ou alguma causa para com o próximo, bem como tornando-os capazes de ser empregáveis ou reempregáveis caso venham a perder seu emprego. Isto até porque, com base no aparato teórico estudado, a empregabilidade é uma ideologia, uma vez que para conseguir e manter a condição de empregável, as condições vigentes no setor produtivo são mais determinantes que as potencialidades individuais.

Desta forma, acreditamos que nossa pesquisa possa instigar a outros estudos sobre a temática que estudamos, bem como norteia a outras pesquisas sobre a relação trabalho, sociedade e educação, seguindo uma perspectiva histórica crítica, contribuindo, assim, para reflexões relacionadas à construção de um mundo melhor, com mais questionamentos sobre as realidades.

Referências

BALSADI, O. V. **Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000100017>. Acesso em: dez. 2015.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. **Lei 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera o dispositivo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional e técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

_____. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, crias os Institutos Fede-

rais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008b.

_____. **Lei 12.677, de 25 de junho de 2012.** Altera a Lei 11.892/2008 e dá outras providências. Brasília, 2012.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: RAMOS, M; FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições.** São Paulo: Cortez, 2005. Apud MEC. Ministério da Educação.

Documento Base - Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Integrada ao Ensino Médio. Brasília, 2007.

FRIGOTTO, G. **Educação e Trabalho:** bases para debater a educação emancipadora. **Rev. Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, Jan./jun., 2001.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Trabalho, Educação e Saúde** [online], v.1, n.1, pp. 45-60, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462003000100005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 01 dez. 2015.

HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos:** o breve século XX: 1914 - 1991. Tradução de Marcos Santarrita. Revisão técnica de Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 2. ed. 53^a reimp. e atual. 2015.

LOCATEL, C. Tecnificação dos Territórios Rurais no Brasil: Políticas Públicas e Pobreza. **Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografia Y Ciências Sociales.** Barcelona, Universidad de Barcelona, v. 66, n. 418, 1 nov. 2012. Não paginado.

LUCENA, C.; et.al. Mundialização e Trabalho: um debate sobre a formação dos trabalhadores no Brasil. In: LOMBARDI, J. C.; LUCENA, C.; PREVITALI, F. S.(Org.). **Mundialização do Trabalho, transição histórica e reformismo educacional.** São Paulo, Campinas: Librum, 2014.

MARTINS, H. C.; et. al. Os impactos da difusão tecnológica na bovinocultura leiteira: um estudo dos integrantes da cadeia agroindustrial do leite em um município de Minas Gerais. Santa Maria. **Santa Maria: Ciência Rural**, v. 44, n. 6, p. 1141-1146, jun. 2014.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política - Livro I: o processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEC. Ministério da Educação. **Documento Base - Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Integrada ao Ensino Médio**. Brasília, 2007.

_____. **Relatório Educação para todos no Brasil 2000-2015**. Versão preliminar. MEC, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. REDEFEDERAL. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 15 out. 2015.

MEC/SETEC. **Proposta em Discussão**. Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, abr., 2004.

_____. **Folheto Setec: Institutos Federais, uma conquista de todos os brasileiros**. MEC/SETEC, 2010.

MEC/SETEC/CEFET-UBERABA/EAF-UBERLÂNDIA. **Proposta para Constituição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFET - Triângulo**. Uberaba, 2008.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2010.

NASCIMENTO, J. E. A política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: O papel do IFMA no

processo de modernização do noroeste maranhense. **VII CONEPI** – Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação. **Anais...** Tocantins, Palmas, out. 2012.

NAVEGANDO PUBLICAÇÕES. LOMBARDI, J. C. (Coord.). **Textos sobre Educação e Ensino / Karl Marx e Friedrich Engels.** Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011. Disponível em: <http://evento-histedbr.com.br/editora/wp-content/uploads/2011/06/MARX-E-ENGELS_TEXTOS-SOBRE-EDUCACAO-E-ENSINO1.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2016.

CAPÍTULO 3

PERFIL DAS EGRESSAS DO PROGRAMA MULHERES MIL EM ITUMBIARA-GOIÁS: DA VULNERABILIDADE SOCIAL AOS TRABALHOS FEMININOS¹

Roberta Rodrigues Tonciano

Adriana Cristina Omena dos Santos

Introdução



Esta pesquisa apresenta o perfil social e econômico das egressas, após a formação obtida nos cursos ofertados no Programa Mulheres Mil do IFG - Campus Itumbiara, no período de 2012 a 2014, englobando inúmeras variáveis como renda, classe, gênero, escolaridade e trabalho. Justifica-se por ter sido uma pesquisa local, cujos dados têm o intuito de colaborar com a comunidade acadêmica e os envolvidos com o programa, já que há poucos estudos em relação a realidade dessas egressas no município em questão.

Nesse viés, convém explicar que o Programa Mulheres Mil é organizado em três eixos - educação, cidadania e desenvolvimento sustentável. Por meio de uma metodologia específica, procura potencializar os múltiplos saberes das mulheres, as histórias, o aprendizado e a vivência, transformando-os em qualificação profissional visando propiciar uma possível inserção no mundo do trabalho.

Desde sua implantação, surgiram várias demandas cuja finalidade era ampliar a oferta de qualificação profissional às mulheres pobres, em especial as beneficiárias do Programa Bolsa-Família e, em 2014, o Mulheres Mil foi integrado ao Pronatec, no campo do Brasil Sem Miséria. Mas, manteve o objetivo principal de possibilitar o acesso, com exclusividade, de mulheres em situação de pobreza e vulnerabilidade à educação profissional e tecnológica, a fim de ampliar as oportunidades de acesso e de mobilidade no mercado de trabalho (BRASIL, 2014).

¹Esta pesquisa é oriunda da minha dissertação de Mestrado realizada sob a orientação da professora Adriana Cristina Omena dos Santos, no ano de 2017.

E ao discutirmos sobre as mulheres no mundo do trabalho por meio da qualificação obtida nos cursos ofertados no Mulheres Mil, ressalta-se que o perfil dessas alunas deve ser levado em consideração, já que possuem particularidades que podem dificultar a permanência delas nos cursos, bem como a inserção no mercado de trabalho.

Cabe salientar que no Quadro 1, apresentamos o perfil das estudantes que cursam o Pronatec/BSM e que foi produzido por meio de uma pesquisa com o relato dos próprios participantes e de pessoas próximas à execução do programa na esfera municipal, em que “[...] cada coluna corresponde não apenas a perfil abstrato, mas a narrativa coerente de trajetórias pessoais, motivações, dificuldades e demandas frente ao programa, observadas em campo” (BRASIL, 2015, p. 100-101). Convém explicar que tais dados exemplificam características que podem ser semelhantes para o público do Mulheres Mil, devido à semelhança existente no perfil dos indivíduos.

Quadro 1. Perfil das alunas do Pronatec/BSM

Grupo	Mulheres mais velhas, com filhos em idade escolar e chefes de famílias monoparentais
Perfil socioeconômico	Pertencentes a famílias menos estáveis financeiramente; muitas responsabilidades familiares; baixa escolaridade; ocupam as franjas inferiores do CadÚnico.
Situação laboral	Pouca experiência no mercado de trabalho formal; histórico de evasão escolar; desempregadas ou trabalhadoras informais.
Motivação estratégica para frequentar o Pronatec	Qualificar-se para exercício de atividade laboral que lhes garanta autonomia.
Cursos tipicamente almejados	Salgadeiro, corte e costura, manicure.
Ambições profissionais	Autonomia laboral via empregos, com horários mais flexíveis ou abertura de próprio negócio.
Principais dificuldades com relação aos cursos	Afazeres domésticos e cuidados familiares lhes demandam tempo e “competem” com a frequência às aulas e o tempo de estudo.
Grau de desistência	Alto.
Motivos da desistência	Ausência de creches e de uma rede de apoio que lhes possibilite frequentar as aulas.

Continua

Quadro 1. Perfil das alunas do Pronatec/BSM

Conclusão

Grupo	Mulheres mais velhas, com filhos em idade escolar e chefes de famílias monoparentais
Principais dificuldades frente ao mercado de trabalho	Acesso a microcrédito (especialmente para adquirir instrumentos de trabalho) e à assistência técnica especializada.
Principais demandas e sugestões	Fomento de cooperativas; facilitar acesso a orientações técnicas e crédito; flexibilidade das ofertantes com relação a atrasos e faltas.

Fonte: Brasil (2015, p. 44).

Conforme a referida pesquisa, o perfil aqui apresentado das mulheres que frequentaram os cursos se referem a pessoas mais velhas, com filhos em idade escolar, que muitas vezes têm dificuldades para concluir os cursos devido à manutenção de papéis tradicionais no cuidado familiar, como filhos e outros membros da família, sendo frequentemente as provedoras da renda familiar.

Assim, esta pesquisa trata-se de uma pesquisa descritiva, que de acordo com Triviños (1987) apresenta o que é, com observação e registro dos fatos. Também é quantitativa, e a coleta de dados foi por meio da entrevista semiestruturada, com seleção das egressas mediante a amostragem bola de neve, que para Flick (2009) é aquela a partir da relação de pessoas dispostas a indicar contatos. Assim, houve o recrutamento inicial com a minha rede de contatos pessoais, já que fui docente voluntária no Mulheres Mil, e tenho 10 contatos fornecidos a mim pelas próprias mulheres à época dos cursos; conseqüentemente, elas indicaram outras pessoas, sendo selecionadas três mulheres por curso, ofertados de 2012 a 2014, limitado a 15 mulheres no total.

Este debate traz um assunto importante quando se aborda o mundo trabalho, e vale ressaltar que os cursos analisados são do período de 2012 a 2014, visando compreender os períodos anteriores (quando era apenas o Programa Mulheres Mil) e posteriores à inserção no Pronatec/BSM Mulheres Mil. Para tanto, é importante apresentar os cursos, a quantidade de alunas concluintes e o número de vagas ofertadas do Programa Mulheres Mil do IFG - Campus Itumbiara, conforme o Quadro 2, sendo possível visualizar que tais cursos remetem às qualificações permeáveis às mulheres, contribuindo ou não

para a entrada da ocupação no mercado de trabalho formal, empreendedorismo, associativismo, entre outros.

Quadro 2. Cursos, quantidade de alunas concluintes e número de vagas ofertadas de 2012 a 2014 no IFG – Campus Itumbiara

Período de duração	Curso ofertado	Quantidade de alunas concluintes	Número de vagas ofertadas
Fevereiro/2012 a julho/2012	Curso básico de processamento de alimentos - conserva e licores de frutas	76	100
Setembro/2012 a maio/2013	Curso básico de qualificação profissional em fabricação de produtos de limpeza em geral e higiene pessoal	77	100
Setembro/2013 a dezembro/2013	Técnicas de artesanato	45	60
Março/2014 a julho/2014	Artesã em bordado à mão	30	50
	Manicure e pedicure	21	50

Fonte: Elaborado pela autora a partir de levantamentos no site IFG Notícias².

A seguir, apresentamos os resultados obtidos das mulheres pesquisadas com características diversas como, aquelas que estavam afastadas da escola em tempos variados, e que cada uma possuía uma história particular de apropriação do conhecimento e direcionamento para as atividades laborais, como trabalho formal, informal, microempreendedorismo, entre outros.

Nesse contexto, a qualificação apresentada no Programa Nacional Mulheres Mil é disponibilizada como,

² O site “Notícias” do IFG – Campus Itumbiara oferece informações sobre a instituição a toda a comunidade, aos servidores e alunos. Disponível em: <<http://ifg.edu.br/itumbiara/index.php/noticias?start=20>>. Acesso em: 1 fev. 2015.

[...] um acesso inclusivo que reconhece e valoriza os saberes construídos na comunidade, na realidade do cotidiano; [...] uma oportunidade de estabelecer um diálogo com as diversidades, integrando o conhecimento acadêmico ao itinerário formativo dessas mulheres (BRASIL, 2011, p. 5).

Diante disso tudo, elas vislumbraram uma oportunidade de retorno para o espaço escolar e, a posteriori, uma possível inserção no mercado de trabalho por meio da qualificação recebida.

Perfil das participantes da pesquisa: as egressas do Programa Mulheres Mil

Existe uma diversidade entre as egressas de cada curso tanto no que se refere à idade como ao estado civil. Percebe-se que apresentavam idade variável entre 22 a 70 anos de idade, e que 73,33% (11) delas eram casadas; 13,33% (duas) eram divorciadas e 13,33% (duas) solteiras. Isso vai ao encontro do preconizado pelo Mulheres Mil, cujos objetivos contemplam o público-alvo (mulheres a partir de 16 anos), abarcando tanto as jovens como as adultas, com o recorte para aquelas que são “[...] chefes de famílias, em situação de pobreza extrema, cadastradas ou em processo de cadastramento no CadÚnico” (BRASIL, 2014, p. 6).

Num recorte analítico sobre se estudam atualmente, a maioria - 80% - (12) delas não estuda mais. E a escolaridade delas é variada, como pode ser analisado no Quadro 3:

Quadro 3. Escolaridade atual das mulheres

Curso	Entrevistadas	Estuda atualmente	Escolaridade
Curso básico de processamento de alimentos - conserva e licores de frutas	A	não	Ensino médio
	B	sim	Ensino médio
	C	não	Ensino médio

Continua

Quadro 3. Escolaridade atual das mulheres

Conclusão

Curso	Entrevistadas	Estuda atualmente	Escolaridade
Curso básico de qualificação profissional em fabricação de produtos de limpeza em geral e higiene pessoal	D	não	Fundamental incompleto
	E	não	Ensino médio
	F	não	Fundamental incompleto
Técnicas de artesanato	G	não	Fundamental incompleto
	H	sim	EJA incompleto
	I	não	Ensino médio incompleto
Artesã em bordado à mão	J	não	Fundamental incompleto
	L	não	Fundamental incompleto
	M	não	Ensino médio
Manicure e pedicure	N	sim	Ensino médio incompleto
	O	não	Ensino médio
	P	não	Fundamental incompleto

Fonte: Pesquisa de campo.

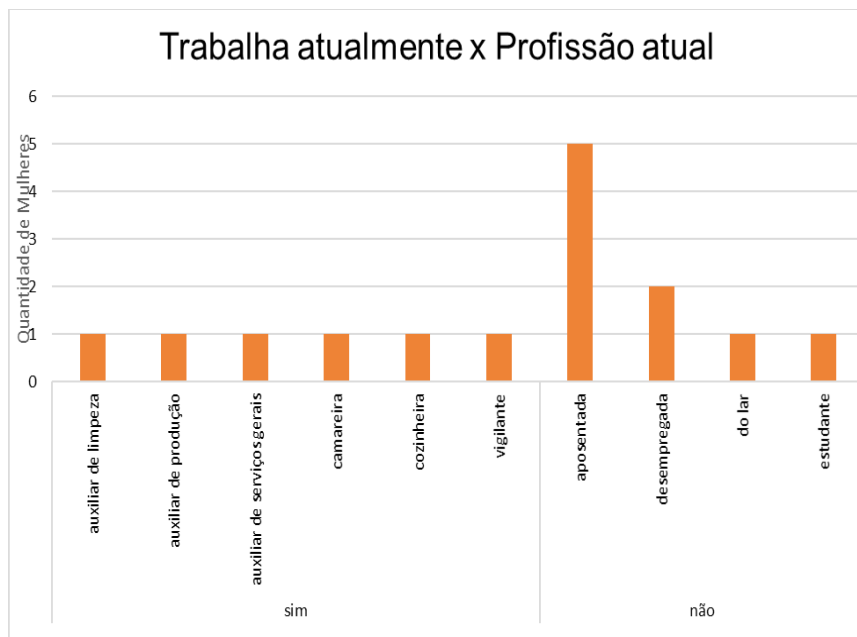
Deste modo, 40% (seis) delas possuem Ensino Médio completo; 40% (seis), Ensino Fundamental Incompleto; 6% (uma), Educação para Jovens e Adultos (EJA) Incompleta; e 14% (duas), Ensino Médio Incompleto. Infere-se que nos cursos de Processamento de Alimentos e de Manicure e Pedicure, grande parte das egressas possui escolaridade maior (Ensino Médio). Já nos cursos de qualificação profissional em fabricação de produtos de limpeza em geral e higiene pessoal, e de técnicas de artesanato e de artesã em bordado à mão, a maioria tinha Ensino Fundamental Incompleto. Diante disso, é necessário a efetividade no aumento da escolaridade, devendo ser vista como “[...] um fator essencial tanto quanto a melhoria da qualificação profissional para o exercício da cidadania” (VENCO, 2003, p. 81).

E sobre à renda mensal bruta da família, tem-se que: 27% (quatro) delas com três salários mínimos; 13% (duas) com quatro salários mínimos; 20% com um ou dois salários mínimos; e as demais com meio salário (6,66%), um salário e meio (6,66%) e dois salários e

meio (6,66%). Às vezes, a participação de determinadas egressas não é contínua, uma vez que desenvolvem atividades econômicas informais, que não são consideradas remuneratórias e constantes.

E a questão do trabalho e da profissão atual nota-se que 33,33% (cinco) são aposentadas, 13,33% (duas) estão desempregadas e as demais se encontram em profissões diversas, “do lar” ou são estudantes. Como pode ser visto no gráfico abaixo.

Gráfico 1. Distribuição das entrevistadas segundo a ocupação



Fonte: Pesquisa de campo.

Tem-se então, que grande parte das desempregadas é, como explica Lucena (2004, p. 178), “[...] uma força de trabalho em situação de inferioridade e em amplo processo de marginalização”. Nesse ínterim, Venco (2003, p. 25) diz que “[...] há um terreno fértil para a proliferação de práticas mais flexíveis no mercado de trabalho”, e existe uma dificuldade de incorporação dos papéis desempenhados pelas mulheres, com o reforço das dificuldades históricas de integração do trabalho da mulher na sociedade, o que contribui para a

propagação de um “mito” e do não reconhecimento em torno de algo dito como “trabalhos apenas feminino”.

Quando se compara a profissão atual aos cursos do Mulheres Mil realizados pelas egressas, é possível verificar que 93,33% (14) delas, ou seja, a maioria, não atua na área do curso, e apenas 7%, ou seja, uma mulher está no mercado informal. Em consonância com o Quadro 4, verifica-se que a qualificação profissional obtida não se relacionou diretamente à profissão atual.

Quadro 4. Cursos do Programa Mulheres Mil e profissão atual das mulheres

Cursos	Entrevistadas	Profissão atual	Trabalha na área do curso formal ou informal
Curso básico de processamento de alimentos - conserva e licores de frutas	A	Aposentada (ainda atua no comércio informal e na prestação informal de serviços domésticos)	Não
	B	Vigilante	Não
	C	“Do lar”	Sim Mercado informal
Curso básico de qualificação profissional em fabricação de produtos de limpeza em geral e higiene pessoal	D	Aposentada	Não
	E	Auxiliar de produção	Não
	F	Aposentada	Não
Técnicas de artesanato	G	Aposentada	Não
	H	Auxiliar de limpeza	Não
	I	Auxiliar de serviços gerais	Não

Continua

Quadro 4. Cursos do Programa Mulheres Mil e profissão atual das mulheres

Conclusão

Cursos	Entrevistadas	Profissão atual	Trabalha na área do curso formal ou informal
Manicure e pedicure	J	Estudante	Não
	L	Camareira	Não
	M	Cozinheira	Não
Artesã em bordado à mão	N	Desempregada	Não
	O	Desempregada	Não
	P	Aposentada	Não

Fonte: Pesquisa de campo.

Num plano histórico, as relações existentes são extremamente contraditórias e conflitantes, pois, em alguns casos, as mulheres são levadas a aceitar posições precárias e informais no mercado de trabalho ou ficam desempregadas, a exemplo de duas entrevistadas do curso de artesã em bordado à mão.

E ao visualizar os cursos ofertados, é possível constatar que eles propiciam conhecimentos mais abrangentes e voltados a trabalhos com características femininas que, na maioria das vezes, remetem a serviços precários e autônomos. Nesse ínterim, Antunes (2009, p. 108) explica que a expansão do trabalho feminino tem sido verificada

[...] sobretudo no trabalho *mais precarizado*, nos trabalhos em regime de *part-time*, marcados por uma *informalidade* ainda mais forte, com desníveis salariais ainda mais acentuados em relação aos homens, além de realizar jornadas mais prolongadas (grifos do autor).

E os diversos cursos oferecidos, na maioria das vezes, voltam-se para a produção de produtos realizados em consonância com dons femininos, artesanais e em âmbitos domésticos. Carrilho (2013, p. 289), ao abordar tal temática e seus desdobramentos, explica que no campo profissional, as principais características referentes às mulheres, como sensibilidade,

[...] altruísmo, polivalência e observação dos detalhes, mesmo quando consideradas ‘positivas’ pelo mercado de trabalho, não lhes proporcionam melhores salários, condições de ascensão,

pois reproduzem atributos considerados dons femininos naturais e não conhecimentos adquiridos.

Considerações finais

Portanto, constata-se que as dimensões das características apresentadas perpassam por questões diversas que englobam a construção histórica relativa as peculiaridades de uma determinada classe social, mulheres em situação de vulnerabilidade social e cujos “trabalhos femininos” muitas das vezes, remete à reprodução das desigualdades de gênero. E conforme o objeto aqui estudado, referente às egressas do Mulheres Mil, é possível notar que elas não estão isoladas em si mesmas, e sim em constante interação com o ambiente vivenciado ao longo da qualificação recebida dos cursos. Cumpre salientar a imprescindível interdependência entre o meio e o indivíduo.

Para tanto, explicita-se que o Programa Mulheres Mil é apontado como um programa de qualificação profissional para mulheres em vulnerabilidade social, com um caráter compensatório. Os cursos ofertados no Campus Itumbiara são atividades historicamente pertinentes aos papéis femininos, sobretudo nos espaços domésticos e informais. É fato que a classe social aqui pesquisada – as mulheres que cursaram o programa – são as mais excluídas do processo de produção e de suas transformações. Se, por um lado, elas sofrem com a diminuição dos postos de trabalho, por outro, precisam concorrer com os demais indivíduos que possuem outros meios de desenvolvimento da formação além da escola.

Referências

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Políticas para Mulheres. **Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito do Programa Mulheres Mil**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=11834&Itemid>. Acesso em: 3 maio. 2012.

_____. **Cartilha Pronatec - Brasil sem Miséria - Mulheres Mil.** Brasília, 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadernos de Estudos:** desenvolvimento social em debate, n. 24, Brasília, 2015.

CARRILHO, A. A feminização na produção científica recente: um conceito difuso de compreensão necessária. In: YANNOULAS, S. C. (Coord.). **Trabalhadoras - análise da feminização das profissões e ocupações.** Brasília: Abaré, 2013.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

LUCENA, C. **Tempos de destruição:** educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VENCO, S. **Telemarketing nos bancos:** o emprego que desemprego. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

CAPÍTULO 4

OS GUETOS OCUPACIONAIS E A DIFÍCIL INSERÇÃO FEMININA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Danielle Fernanda Moraes Ravan
Lucinéia Scremin Martins

Apresentação



O presente texto compartilha e discute alguns dos resultados obtidos a partir de uma pesquisa de mestrado que investigou a participação feminina nos cargos de gestão de uma Instituição Federal de educação profissional e tecnológica em Goiás, entre os anos de 2010 e 2017 (MORAES, 2017).

O objetivo da pesquisa foi investigar a inserção feminina na gestão da educação profissional e tecnológica e foi impulsionada pelo contato com diversas e importantes pesquisas que demonstraram que homens e mulheres estão em posição de desigualdade no mundo do trabalho, assim como também pela percepção de que na Educação Básica há a predominância de mulheres, que vai se desfazendo à medida que os salários, as condições de trabalho e a carreira vão melhorando.

Embora a pesquisa matriz deste texto tenha se desenvolvido a partir de uma metodologia *quanti-quali* para fins desse trabalho, serão apresentados alguns resultados que demonstram apenas quantitativamente a desvantagem da inserção feminina no Instituto Federal. Os resultados chamam a atenção para a desigualdade na ocupação dos cargos de gestão, em razão das diferentes inserções de homens e mulheres nas formações educacionais e ocupacionais, indo ao encontro dos estudos no âmbito da sociologia do trabalho e daqueles que investigam a participação feminina no mercado de trabalho, nas instituições públicas e educacionais.

A configuração do mercado de trabalho feminino: entre a precarização e a bipolarização.

A participação feminina no mercado de trabalho sofreu significativas mudanças no período que marca o final do século XX e início do novo século (BRUSCHINI, 2000). Grande parte destas mudanças está ligada às modificações culturais ocorridas no mundo nos anos 1960. O advento do anticoncepcional e os movimentos feministas que eclodiram nessa década, levaram a uma relativa liberação sexual feminina, permitindo mais eficiência no planejamento familiar. Ao mesmo tempo, as mudanças no modo de produção capitalista, associadas às mudanças educacionais e culturais, ocorridas no Brasil a partir da década de 1970, provocaram relevante aumento da participação feminina no mercado de trabalho.

Além disso, no final do século XX houve um aumento significativo da escolarização feminina, apontada pelos/pelas estudiosos/estudiosas como um dos fatores mais importantes do crescimento da participação feminina na taxa de ocupação nas últimas décadas. Bruschini e Lombardi (2003) demonstram que desde os anos 1970 as mulheres são maioria dos concluintes do Ensino Médio. Em 1999, elas representavam 55% das pessoas que tinham de 9 a 11 anos de estudos. Ao final dos anos 1990, elas já representavam 61% dos concluintes dos cursos superiores e 55% dos ingressantes. A média de anos de estudos para as mulheres era de 6,8 anos e para os homens, 5,9 anos. E ainda de acordo com Abreu *et al* (2016), na Pós-Graduação também há uma predominância feminina na obtenção dos títulos de doutores, conferidos em 2008: 51% foram conferidos para mulheres¹.

Entretanto, ainda que tenha havido incremento na escolarização feminina e consequente aumento da inserção das mulheres nos postos de trabalho, observamos que o modo de produção toyotista exigiu nos anos 1990 (e exige ainda hoje) a crescente precarização dos postos de trabalho. Nesse contexto, os postos de trabalho que as mulheres ocupam majoritariamente são àqueles mais precarizados. Ou seja, houve um processo de feminização do mercado de trabalho ao mesmo tempo em que esse mercado de trabalho foi sendo precariza-

¹Em 2008 foram titulados 10 mil doutores (ABREU et al.,2016).

do (NOGUEIRA, 2010).

O processo de feminização do mundo do trabalho coloca as mulheres, sobretudo as mulheres negras, em desvantagem qualitativa em relação às condições de trabalho, níveis salariais e possibilidade de crescimento na carreira, quando comparadas aos homens. Vilasboas (2015), ao investigar o setor de confecções, constatou que na atividade de costura e facção as mulheres, principalmente as mulheres negras, são maioria na informalidade, ainda que com maior escolaridade. As mulheres estão inseridas em tarefas rotineiras, intensivas, repetitivas, simples e com menores salários enquanto os homens, principalmente brancos, estão em atividades automatizadas e mais qualificadas e com salários melhores.

Souza (2016) buscou compreender o campo da Tecnologia da Informação (TI), uma área considerada de alta qualificação e remuneração acima da média se comparada à média salarial da população brasileira, e constatou que esse campo é majoritariamente constituído por homens brancos. De outro modo, a presença da mulher negra na TI é ínfima e marcada pelas desigualdades já verificadas em outros estudos; elas recebem os menores salários, embora possuam alta escolaridade.

Nesse contexto, observamos que há uma divisão não só sexual, mas racial do trabalho, aumentando a diferença entre mulheres brancas e negras (GUIMARÃES, 2006; HIRATA, 2014). As contradições do mundo do trabalho marcam diferenças não só entre homens e mulheres, mas também institui o processo de bipolarização do mercado de trabalho feminino, que estabelece um processo de diferenciação maior entre as mulheres. A bipolarização do emprego feminino acentua a percepção da desigualdade entre mulheres e homens, bem como reforça as desigualdades entre as mulheres.

Hirata (2011) identifica uma tendência da constituição de um mercado de trabalho feminino cada vez mais bipolarizado e uma maior inserção feminina em carreiras de prestígio (BRUSCHINI; LOMBARDI, 1999). De um lado, como consequência da reestruturação produtiva imposta pelo capital, há o aumento da participação feminina em postos de trabalho precarizados, em tempo parcial, com baixos salários, cuja flexibilização das leis trabalhistas diminuem direitos e corroboram para a manutenção de uma inserção

feminina tradicional na vida pública e no mundo do trabalho. De outro, estão as mulheres que alcançaram altos níveis de escolaridade, muitas vezes em atividades hegemonicamente masculinas, com maior reconhecimento social, remuneração, exercendo trabalhos altamente qualificados e provocando um tensionamento no alcance de níveis mais altos nas carreiras profissionais (HIRATA, 2011).

Se por um lado, mediante intenso processo de qualificação, as mulheres têm maior acesso a atividades de prestígio, que foram historicamente dominadas por homens tanto nas formações acadêmicas quanto no mercado de trabalho, por outro, há a permanência de guetos ocupacionais e dificuldade de acesso pelas mulheres aos cargos mais altos nas organizações/instituições. (BARROSO, 1988; BRUSCHINI, 2007; LOMBARDI, 2003; OSÓRIO, 2006; LIMA, 2008; LIMA et al., 2014;VAZ, 2013).

É importante destacar que a participação de mulheres no âmbito de algumas carreiras de maior prestígio e remuneração não reflete a situação da maioria das mulheres, que se concentram no polo do trabalho precarizado. Ainda que em carreiras que exigem um amplo processo de qualificação, com remuneração acima da média nacional, seja em atividades hegemonicamente femininas, seja em carreiras dominadas pelos homens ou paritárias, as mulheres encontram muita dificuldade em chegarem aos cargos de gerência em diversas profissões e setores da sociedade.

Estudos demonstram que desde os anos 1960 houve um incremento da participação feminina no serviço público, entretanto a inserção feminina se dá em áreas que são historicamente feminizadas: serviço social, saúde e educação. Bernardo *et al* (1998) destaca que as mulheres são minoria em diversas carreiras de Estado, e diversos estudos têm demonstrado que o topo das carreiras públicas são ocupados majoritariamente por homens brancos, enquanto as mulheres negras, ainda que mais qualificadas, estão nas atividades de menor remuneração e prestígio (BARROSO, 1988; OSÓRIO, 2006; DIAS, 2012).

Conforme Abreu *et al* (2006), as mulheres estão em situação de desvantagem em relação aos homens, inclusive nas profissões de maior qualificação. De acordo com as autoras,

Tomando os extremos de anos de estudo, tanto mulheres menos escolarizadas quanto as de maior nível educacional mostram maior discrepância em relação aos homens do que as de escolaridade intermediária, em que a competição parece ser mais nivelada, aproximando os salários masculinos e femininos (ABREU *et al*, 2006; p. 152).

Bruschini e Lombardi (1999), ao investigarem a inserção feminina em carreiras técnicas e científicas, demonstram que houve um incremento da participação feminina nos anos 1990 no conjunto das Engenharistas, entretanto, tal incremento se deu com intensidade distinta conforme a área da Engenharia. De acordo com as autoras a colocação feminina se dá no "domínio intra-muros" (BRUSCHINI; LOMBARDI, 1999; p. 12).

Estudos comparativos desenvolvidos no Brasil e na França por Leta *et al* (2006) a respeito da participação feminina na pesquisa, no desenvolvimento tecnológico e na inovação, demonstram que em ambos os países há uma significativa desigualdade de gênero nos patamares mais altos da pesquisa e da participação feminina em comitês, academias de ciência e cargos de chefias das universidades.

Lima (2013) conclui que nas ciências exatas as desigualdades de gênero se dão horizontal e verticalmente. As desigualdades se estruturam tanto na ascensão da carreira (vertical), quanto das trajetórias das pesquisadoras (horizontal) que, em razão de estarem presentes em menor número nas carreiras, sofrem violência de gênero por meio do sexismo automático.

A literatura é ampla e demonstra que no campo da educação, ciência e tecnologia as relações de trabalho e gênero são constituídas de forma desigual entre homens e mulheres. Tal desigualdade pode ser constatada na gestão administrativa de uma instituição de educação profissional e tecnológica, como apresentado a seguir.

A educação profissional e tecnológica a partir de 2008: uma possibilidade para as mulheres.

A instituição pesquisada faz parte da Rede Federal brasileira de Educação Científica e Tecnológica e foi criada pela Lei 11.892 de 2008, para oferta de Educação Superior, Básica e Profissional de for-

ma pluricurricular, com uma estrutura multicâmpus. A partir de uma perspectiva pedagógica omnilateral de educação que articula a formação humana, educação profissional e tecnológica, a instituição oferta cursos de formação inicial e continuada nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

A lei de criação dos Institutos Federais (IF's) definiu como prioridade a formação inicial do trabalhador na forma da educação profissional integrada ao Ensino Médio, resguardando 50% das vagas das instituições para esse perfil de estudantes. A educação profissional também é ofertada na forma de cursos técnicos subsequentes que podem ser ofertados na forma presencial e a distância.

Com o objetivo de formar professores para Educação Básica e Profissional, os Institutos Federais devem ofertar 20% de suas vagas para licenciaturas e cursos de formação pedagógica. Ademais, a instituição tem como objetivo a oferta de cursos de bacharelados, engenharias e superiores em tecnologia, tendo em vista a produção do conhecimento e inserção nos diversos setores da economia.

A oferta de cursos de pós-graduação *latu* e *stricto* senso visa formar especialistas de diversas áreas com bases perenes em educação, ciência, tecnologia e inovação. Em suma, a instituição tem o desafio de articular as dimensões do ensino, pesquisa e extensão nos diversos níveis e modalidades de ensino por meio de uma prática pedagógica que visa a formação omnilateral do ser humano.

A mesma lei que criou a instituição (Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008) definiu parte de sua estrutura administrativa, criou as Funções Gratificadas e Cargos de Direção e estabeleceu a quantidade de cargos de gestão a serem distribuídos para a administração. Desse modo, ao definir parte da estrutura administrativa foram estabelecidos níveis hierárquicos superiores da instituição e seus mecanismos de ascensão: eleição e livre nomeação.

Ao observarmos a configuração dos IF's e suas prioridades, a oferta de educação profissional integrada ao Ensino Médio e a destinação de 20% de suas vagas para formação de professores, constatamos a possibilidade de uma forte inserção feminina na educação profissional e tecnológica, uma vez que a Educação Básica e as licenciaturas são hegemonicamente femininas (LIMA, 2008; LOMBARDI,

2003; LOURO, 2004; PRIORE, 2004; SANTOS, 2006; VIANNA, 2013).

Decorrente desse contexto, por se tratar de uma instituição de educação que oferta educação básica, científica e profissional em diversos níveis de ensino, torna-se fundamental analisar a inserção feminina na instituição em tela.

A participação feminina no Instituto Federal: minoria no corpo docente, minoria na gestão.

O processo de expansão dos Institutos Federais promoveu um aumento significativo no número de servidores e cargos de gestão na instituição no período de 2010 a 2017. Em 2010, a instituição pesquisada contava com um quadro funcional de 1.026 (IFG, 2011) servidores e com um total de 251 cargos de gestão distribuídos em oito campus e reitoria. Destes, as mulheres participavam de 41% e os homens de 58%.

Em 2017, em razão do processo de expansão que perdurou até 2014, a instituição abriu mais seis campus. Diante da inauguração de novos campus, a força de trabalho da instituição cresceu 92%, passando de 1.026 para 1.970 servidores. Acompanhando o aumento no número de campus e do total de servidores, houve um crescimento de 65% nos cargos, passando de 251 para 414. Tal expansão propiciou um significativo aumento da participação feminina na gestão, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 1: Comparação da participação de homens e mulheres na gestão em 2010 e 2017.

Cargos	FEMININO		
	2010	2017	Relação entre 2010 e 2017
CDs ⁴	14	34	142,86%
FGs ⁵	89	112	25,84%
Cargos	MASCULINO		
	2010	2017	Relação entre 2010 e 2017
CDs	61	53	-13,11%
FGs	87	106	21,84%

Fonte: tabela elaborada pela autora a partir de dados fornecidos pela instituição (MORAIS, 2017).

⁴ Cargos de Direção das Instituições Federais de Ensino - CDs

⁵ Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino - FGs

Entre 2010 e 2017, houve o crescimento da participação feminina em detrimento da participação masculina na gestão. O aumento da atuação feminina nos Cargos de Direção, cargos esses de maior poder, participação político-deliberativa e remuneração, alcança em torno de 143%. O relevante acréscimo demonstra que a expansão da instituição pesquisada favoreceu, principalmente, a inclusão feminina nos cargos de direção.

Embora os dados referentes a 2017 demonstrem que em relação a 2010 a desigualdade de gênero na ocupação da gestão tenha diminuído, observa-se que ela não foi superada: a representatividade feminina é cerca de 30% menor que a masculina nos cargos mais altos da hierarquia institucional. Assim, para compreendermos as causas da desigualdade de gênero na instituição, precisamos observar a inserção feminina e masculina na instituição, conforme tabela abaixo:

Tabela 2: Servidores/servidoras por sexo e carreira em março de 2017.

CARREIRA	SEXO				TOTAL
	Feminino		Masculino		
	Quantidade	%	Quantidade	%	
Docentes	431	40%	660	60%	1.091
Técnico-administrativos/as	491	56%	388	44%	879
Total geral	922	47%	1.048	53%	1.970

Fonte: tabela elaborada pela autora a partir de dados fornecidos pela instituição (MORAIS, 2017).

A instituição de educação pesquisada tem um corpo docente hegemonicamente masculino. Enquanto os homens são maioria entre os docentes, percebe-se que as mulheres são maioria entre servidores técnico-administrativos, sobretudo em áreas genéricas, cuja titulação exigida é o Ensino Médio e Ensino Fundamental, e em áreas profissionais majoritariamente femininas, tais como: licenciaturas, pedagogia, assistência social e psicologia (MORAES, 2017).

Observa-se que as docentes representam cerca de 40% do corpo de professores da instituição, o que interfere, entre outros fatores, na participação feminina na gestão da instituição, uma vez que a maioria dos cargos de Diretoria são ocupados por servidores docentes, conforme tabela 3.

Tabela 3: Proporção de ocupação de cargos de gestão por carreira.

CARGO	TOTAL
Docente	70%
Técnico Administrativo	30%
TOTAL GERAL	100,00%

Fonte: tabela elaborada pela autora a partir de dados fornecidos pela instituição (MORAIS, 2017).

Cabe destacar que em termos de carreira e remuneração, a carreira docente da educação básica, técnica e tecnológica mostra-se mais vantajosa que a carreira de técnico-administrativo em educação.

A inserção diferenciada de homens e mulheres no corpo de servidores da instituição acaba por ter interferências significativas na ocupação dos cargos de gestão. A explicação para a inserção diferenciada de homens e mulheres na instituição está no fato de que grande parte do corpo docente da instituição pertence a áreas do conhecimento historicamente masculinas, tais como Ciências Exatas e da Terra e Engenharias, conforme demonstra-se na tabela abaixo:

Tabela 4: Distribuição docente por área do conhecimento.

ÁREA DO CONHECIMENTO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL GERAL
Ciências Agrárias	1,25%	1,13%	2,38%
Ciências Biológicas	2,83%	1,59%	4,42%
Ciências da Saúde	3,85%	2,27%	6,12%
Ciências Exatas e da Terra	10,87%	28,09%	38,96%
Ciências Humanas	5,32%	6,34%	11,66%
Ciências Sociais Aplicadas	2,38%	3,28%	5,66%
Engenharias	5,10%	11,89%	16,99%
Linguística, Letras e Artes	8,61%	4,42%	13,02%
Multidisciplinar	0,34%	0,45%	0,79%
Total Geral	40,54%	59,46%	100,00%

Fonte: tabela elaborada pela autora a partir de dados fornecidos pela instituição (MORAIS, 2017).

Observa-se que a pesquisa realizada vai ao encontro do exposto nas sessões anteriores sobre a condição feminina no mercado de trabalho e na ciência e tecnologia: as mulheres concentram-se em atividades de menor remuneração e tem dificuldades de chegarem ao topo da carreira, em um processo de segregação ocupacional.

Considerações finais

Na análise aqui apresentada, observou-se que a configuração da força de trabalho na educação profissional e tecnológica não destoa - guardadas as devidas diferenças - do que os estudos da sociologia do trabalho tem constatado em relação ao mercado de trabalho feminino: as mulheres são predominantes em atividades historicamente compreendidas como femininas, com salários menores; algumas conseguem se inserir em carreiras majoritariamente masculinas, entretanto elas enfrentam várias dificuldades para chegarem ao topo das carreiras onde os salários são melhores, tem maior prestígio e poder de deliberação.

Embora no final do século XX e início do século XXI as mulheres vêm se destacando nos processos de qualificação profissional e elevação de escolaridade, estudos como o de Saboya (2009), de Lombardi (2013) e Abreu *et al* (2016) demonstram que homens e mulheres escolhem carreiras diferentes no Brasil e no mundo. As mulheres representam a grande maioria na área de humanidades, uma pequena maioria nas ciências sociais e da saúde e uma minoria nas exatas e engenharias, formando os chamados "guetos ocupacionais". As carreiras majoritariamente femininas sofrem um processo de desvalorização salarial e perda de prestígio social. Desta forma, apesar da elevação da escolaridade feminina, "é difícil avaliar em que medida as mudanças no perfil educacional das mulheres as têm beneficiado em termos de inserção no mercado de trabalho e na geração de renda" (ABREU *et al.*, p. 151, 2016).

Observa-se também que a instituição pesquisada é masculina, de modo que as mulheres têm uma inserção subalterna. Seja por estarem inseridas, em sua maioria, na carreira técnico-administrativa na qual as possibilidades de ascensão e salários são piores em relação a dos professores da educação profissional e tecnológica; seja entre docentes, pois as docentes são minoria nos cargos de gestão, sobretudo nos cargos mais altos.

O processo de criação e expansão dos Institutos Federais possibilitou que houvesse um crescimento no número de mulheres na instituição, entretanto, tal crescimento não se deu sem contradições. As possibilidades da diversidade e da participação democrática não ga-

rantem que elas se realizem de fato de maneira "natural". Ao contrário, as relações estruturais configuradas historicamente interferem com tamanha força que, ainda que as pessoas alcancem a alta qualificação e remuneração um pouco acima da média nacional, as estruturas desiguais das relações sociais de sexo e raça se mantêm inalteradas.

Tais estruturas são sustentadas pelo sistema patriarcal e percebe-se suas raízes imbricadas na educação profissional tecnológica quando, ainda que com possibilidade concreto de acessar um maior número de vagas, as mulheres são somente 40% do corpo docente em uma instituição de Ensino Básico, Técnico e Profissional, cujas condições de trabalho, autonomia pedagógica e participação no processo deliberativo se configuram como as melhores da educação básica brasileira.

É preciso destacar que a análise da participação feminina no mercado de trabalho e na gestão das instituições perpassa às relações sociais de sexo historicamente constituídas e sofrem influências de fatores que vão para além da formação profissional, como por exemplo, a articulação entre trabalho e família, a divisão do trabalho doméstico, a manutenção das relações sociais de sexo tradicionais que compreende o espaço doméstico e o trabalho reprodutivo como feminino e a vida pública e o trabalho produtivo como "naturalmente" masculino (ABRAMO e VENEZUELA, 2016; HIRATA, 2002; HIRATA e KERGOAT, 2007).

Referências

ABRAMO, L.; VELENZUELA, M. E. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina. In: A. R. de P. Abreu; H. Hirata; M. R. Lombardi (Eds.). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França - Perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016. p.113-124,

ABREU, M. A. A.; MEIRELLES, R. De L. **Mulheres e homens em ocupação de cargos de direção e assessoramento superior (DAS) na carreira de especialista em políticas públicas e gestão governamental (EPPGG)**. Rio de Janeiro, 2012.

ABREU, A. R. P. et al. Presença feminina em ciência e tecnologia no Brasil. In: A. R. de P. A; H. H.; M. R. L.(Eds.); **Gênero e Trabalho no Brasil e na França - Perspectivas interseccionais**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p.149-160.

BARROSO, C. As mulheres nos altos escalões da administração pública no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 43, n. 116, p. 145-159, 1988.

BONELLI, M. G. et al. Profissionalização por gênero em escritórios paulistas de advocacia. **Tempo social**, v. 20, n. 1, p. 265-290, 2008.

BRUSCHINI, C. Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**, 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/trabalhogenero/TG_p13a58.pdf>. Acesso em:

BRUSCHINI, M. C. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras : Mulheres em carreiras profissionais de prestígio. **Revista Estudos Feministas**, n. IX, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/11950/11217>>. Acesso em:

BRUSCHINI, M. C.; LOMBARDI, M. R. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: M. MARUANI; H. HIRATA (Eds.); **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Senac. p. 322-361, 2003.

DIAS, C. G. P. **Costurando vidas** : os itinerários de duas professoras : Ana Aurora do Amaral Lisboa (1860-1951) e Júlia Malvina Hailliot Tavares (1866-1939), 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/56506>>. Acesso em:

GUIMARÃES, A. S. A. Entrevista com Carlos Hasenbalg. **Tempo Social**, v. 18, p. 259-268, 2006. Disponível em: <www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/>. Acesso em:

HIRATA, H. Divisão sexual do trabalho: o estado das artes. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, p.273-289, 2002.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, 2007.

HIRATA, H. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH**, v. 24, n. spe1, p. 15-22, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000400002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

Acesso em:

_____. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social, revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

IFG. **Prestação de contas ordinária anual: Relatório de Gestão do exercício 2010**. 2011. BRASIL. Disponível em: <<https://www.ifg.edu.br/attachments/article/239/relatoriogestao2010.pdf>>. Acesso em:

LIMA, G. S. et al. O teto de vidro das executivas brasileiras. **Revista PRETEXTO**, v. 14, n. 4, p. 65-80, 2014. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/pretexto/article/view/1922%5Cnhttp://www.fumec.br/revistas/pretexto/article/download/1922/Artigo4>>. Acesso em:

LOMBARDI, M. R. Formação e docência em Engenharia, na ótica do gênero: um balanço de estudos recentes e dos sentidos da feminização. In: S. Yannoulas (Ed.); **Trabalhadoras. Análise da feminização das profissões e ocupações**. 1. ed. Brasília: Abaré, 2013.

LOURO, G. L. Mulheres na Sala de Aula. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto. p.443-481, 2004.

MORAIS, D. **Perfis, trajetórias e relações de gênero na gestão da educação científica, tecnológica e profissional em Goiás**. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás.

NOGUEIRA, C. M. Feminização no Mundo do Trabalho: entre a emancipação e a precarização. **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular. p.199-234, 2010.

OSÓRIO, R. G. **Desigualdades raciais e de gênero no serviço público civil**. 2006. [S.I.: s.n]

PRIORE, M. DEL. **História das mulheres no Brasil**. 2004. [S.I.: s.n]

SABOYA, M. C. L. **Alunas de engenharia elétrica e ciência da computação: estudar, inventar, resistir**, São Paulo: Universidade de São Paulo. 6. Apr. 2009. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-15092009-153720/>>. Acesso em:

VAZ, D. V. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 22, n. 3 (49), p. 765–790, 2013.

VELHO, L.; LEÓN, E. A construção social da produção científica por mulheres. **Cadernos Pagu**, v. 10, n. 10, p. 309–344, 1998.

VIANNA, C. P. A feminização do magistério da educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. **Trabalhadoras. Análise da feminização das profissões e ocupações**. p.151–180, 2013.

VILASBOAS, J. **A capital goiana do jeans: flexibilidade, subcontratação e gênero no setor de confecção do município de Jaraguá-GO**. 2015. [S.I.: s.n]

CAPÍTULO 5

EDUCAR PARA VELHICE: QUANDO VIVER E ENVELHECER SE TORNAM DILEMAS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.

Láisse Silveira Lemos

Introdução



Nossa condição de sermos animais sociáveis nos permite grandes desafios na construção e reconstrução da sociedade, da ordem social. Assim, o viver e o envelhecer deixam para nós, seres humanos, grandes desafios para interpretar e projetar uma solidariedade social, (DURKHEIM, 1995) que realmente inclua todos nesses espaços sociais.

Chegamos ao século XXI, e a sociedade brasileira não oportunizou pilares de inclusão social em relação ao idoso, e questões básicas inerentes a sua qualidade de vida, não são realidades para a grande maioria idosa que ainda soma em suas experiências de vida a discriminação dessa fase natural da vida (OLIVERIA, 1999.)

A discriminação, os estereótipos que margeiam o idoso, as frágeis políticas públicas encurtam e limitam os espaços (públicos e privados) de trânsito para essa população. O viver então é impregnado de circunstâncias sociais que nos cobram de tempos em tempos um status, um trabalho, uma profissão, uma casa, uma produtividade/utilidade¹, enfim, de acordo com um padrão de vida construído socialmente temos um “termômetro” social que avalia quem está na média, abaixo, ou acima, do existir estipulado, que de alguma forma constrange quem não está ao menos na média. E a velhice também não escapa a esses moldes.

¹ Expressão colocada propositalmente, pois, o envelhecimento percorre esse sufrágio, e como ainda podem ser encaixados nas exigências do mundo capitalista. Em reportagem exibida pela Rede Record em 22.07.2013 a mídia explorou esse lado da velhice produtiva, mostrando o recrutamento de pessoas acima de 60 anos para postos de trabalhos no Call Center. Resguardados maiores polêmicas acerca do assunto, a questão é que não são velhos, são idosos criteriosamente selecionados, ou seja, ainda produtivos.

E este tempo em tempos, que não é cíclico e sim social, pode melhor ser interpretado usamos as palavras de Freitas (2006), que compreende

Sua apreensão contemporânea exige uma leitura do amplo processo de reconfiguração social e do capital. O tempo social é uma construção e, enquanto tal, resultante de práticas e processos derivados da vida social, as condições materiais em que essa se desenvolve estruturam a noção de tempo social de sua época. Na sociedade contemporânea, o tempo expressa as mudanças em curso no capital. (p.01)

Assim, o tempo se articula com o capital e engendra na sociedade suas normas e regras, que seria o termômetro apresentado acima. Desse modo, o idoso dentro do tempo socialmente construído nem sempre tem este ao seu favor, já que o tempo biológico o alterou profundamente, e sendo encontrados em situação de inatividade (ou não produtividade, lucro para o capital), dadas as condições físicas, psicológicas, e etc., será levado à reclusão, (asilos, instituições destinadas ao cuidar do idoso), ao isolamento (consigo e familiar), haja vista que seu tempo social, aquele em que suas condições físicas e mental permitiam o labor, e este um reconhecimento perante a sociedade se “expirou” (FREITAS, 2006).

Reforço que esse não é um movimento linear, nem único para todos os idosos, visto que o capital cultural (Bourdieu, 2001) localiza e hierarquiza socialmente cada indivíduo, mas que a sua frequência desperta motivos para reclamar devida atenção para a velhice. Portanto, normatizar políticas educacionais para a velhice é um grande passo para incentivar e mobilizar ações que acatam a maturidade em suas várias nuances, mesmo que as linhas leis por questões jurídicas a homogeneíze. Esse é um passo fundamental para a construção de uma nova sociedade que aceita o idoso e suas fragilidades naturais e sociais do processo de envelhecimento.

O Estatuto do Idoso, lei número 10.741/2003, é um marco para o projeto de proteção social e extremamente substancial para aqueles que se encontram na chamada terceira idade. Pela data da consagração da lei, é perceptível que a velhice e seu entendimento para que reclame por espaços dentro das políticas públicas é recente,

mas o campo da proteção social é antigo, datado por assim dizer, aos fins da sociedade feudal.

O nascer da proteção social

O pensamento do sociólogo francês, Robert Castell (1933-2013), foi de suma importância para podermos pensar e melhor compreender o panorama que envolve a questão da proteção social e suas transformações ao longo da história, e projetar propostas exequíveis para os dilemas tão cruciais que envolvem o ser humano e o século XXI.

Fazendo um caminho da sociedade feudal até os dias de hoje, esse autor vai expondo que sempre tivemos pessoas em situação de pobreza, as diferenças consistem no olhar, na formação das ideias em relação a esse modo de sobrevivência, que vão sendo modificados ao longo da história. São transformações lentas, mas extremamente significantes.

No primeiro momento, retornando para a sociedade feudal, a penúria era “suportada” pela caridade, ou seja, aqueles que se encontravam em estado de pobreza, recebiam a esmola, os alimentos através de “outros” (rico-nobres) que o faziam em nome da fé, da caridade cristã, ou ainda, por acreditarem que esse ato os garantiriam a salvação.

Assim, por consequência, para Castell (1998), essa caridade não era totalmente dada em seu sentido restrito, ou seja, outros elementos concorriam para esse ato, como a de ser um exímio cristão, tendo sua plenitude alcançada e seus pecados todos perdoados, garantindo um lugar ao céu.

Cabe também ressaltar, que o pertencimento comunitário era um dos requisitos para receber a doação, visto que o andarilho, o fusteiro não era contemplado dentro dessa proteção evangélica.

Aqueles que dentro da sociedade feudalista, que sobreviveram através das “caridades”, são alheios a esta, ou seja, não estavam propriamente incluídos na sociedade. Isso quer dizer que não possuíam uma “ação” (hoje, o termo seria políticas públicas), para que transformasse sua situação de penúria.

Por volta do século XII e XIII, surge o social-assistencial, de organização complexa, ou ainda, na definição do autor “uma assistência moderna”. Nesse momento, as pessoas em situação de pobreza passaram a ser fichadas, daí o autor fala de uma “sociedade cadastrada”, já que agora, os indivíduos passam a ter uma classificação que resulta em seleções findadas em categorias. E essa classificação, além de complexa, é um primeiro passo para níveis de racionalização, de organização, ainda que as autoridades eclesiásticas e laicas, públicas e privadas se meschem.

Essas categorias, em resumo, dividem quem deve ou não ser assistido, ou seja, ocorre a criação de normas como procedimentos que servem como verdadeiros crivos para saber quem pode ou não ser beneficiados, e, um elemento importante a se destacar é a atenção especial que deram para a base territorial. Era uma maneira de permitir e também exigir sua fixação em determinado território.

Com a sociedade feudal em declínio, e a ascensão da burguesia, quadros sociais vão se montando e revelando a figura do vagabundo, condicionado a uma imagem de mancha, que mesmo recebendo todas as medidas cruéis, e contornados de palavras não valorativas, não são “exterminados” como o desejado.

Esses “inúteis para o mundo”, expressão também de Castell (1998), compreendidos como aqueles que não alcançaram a estabilidade diante da sociedade pré-industrial; que crescem em números assustadoramente; aqueles que passam longos tempos sem trabalho; os jovens e adultos, que não encontram o trabalho ou obtêm renda, mas esta não lhe garante o reconhecimento social, visto que algumas formas de obter renda eram desprezadas; cada vez mais trazem para a sociedade, e marcadamente para a figura do Estado, uma inquietação.

Inquietação no sentido de propor algo, medidas políticas que os absorvem e promovam sua saída definitiva da sua “situação de pobreza”. Veja que Castell (1998), pautando nas linhas marxistas, não se propõe há um projeto simplista de Estado e solidariedade social, pois é algo bem mais profundo e dinâmico, “É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade [...] para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência.” (p.30).

Dito em outras palavras, a pobreza não é algo isolado, advém de relações sociais de raízes muito mais profundas, que requer um

equilíbrio entre o trabalhador, seus direitos, e o capital ou o sistema produtivo, envolvendo o reconhecimento enquanto pessoa humana, que reforça um leque de direitos, que condiz com a proteção social, esta última, fortemente condicionada pelo Estado Social.

Percebe-se que a “questão social”, exige demasiada força moral (entre outras), mais do que se pode imaginar. Sendo assim, não são medidas pontuais, nem administrações paliativas de ações políticas em prol daqueles em situação de pobreza, e sim, um esforço favorável a estes, dadas pelas metamorfoses vindas desde o fim da sociedade feudal, de modo que o Estado realmente se mostre competente para equalizar seus cidadãos; e em sintonia com a orquestra de Estado Social provedor, a sociedade civil também se transforme.

Uma transformação a nível intelectual, cultural, nas mentalidades, para que o projeto de cidadania, em termos modernos², não se feche em alguns, justamente porque todos igualmente o exigem. São metamorfoses necessárias que deveriam vir acopladas com as demais metamorfoses provocadas principalmente pelo capital, visto que o plano da modernidade pelo ângulo do liberalismo e seu discurso de homem livre, trouxe o pauperismo, que para Castell (1998), é extremamente perturbador.

Perturbador, pois, o projeto de homem livre para escolher livremente seu trabalho e se ascender socialmente não foi concretizado, ao contrário, o resultado foi homens pobres vindos da relação do trabalho, ou seja, trabalhadores em situação de indulgência e que ainda não recebem assistência, uma vez que pela sua condição de trabalhadores não passam pelo crivo assistencial e padecem.

Edificam-se então mais bases para o projeto de proteção social, para integrá-los (os trabalhadores), e garantir uma identificação social. Dirige-se para o Estado que emerge como Estado Social, não acabando com os conflitos, mas com propostas de conciliação entre trabalho e capital, amenizando e evitando rupturas sociais mais profundas.

O projeto de Estado Social não foi plenamente contemplado, houve disputas, diálogos extremamente acirrados, haja vista que as mudanças necessárias não estavam no plano da superfície social, da criação das ideias sobre direitos sociais e mais ainda, dos direitos dos trabalhadores, fundamentais para garantir a solidariedade social, po-

² Refiro-me dentro da concepção de cidadania dada pela Constituição Brasileira, de 1988.

rém, ao final, reforça Castell (1998), alguns ajustes mínimos foram executados. Esse é o momento da sociedade salarial, do pleno emprego, da estabilidade, que após a crise do petróleo, em 1970, vai se desfalecendo e perdendo forças.

Os trabalhadores veem a proteção social sendo dissolvida, sua identidade social vinda do sentimento de pertencimento dada pela profissão e/ou trabalho, sendo perdidas nas novas mutações e exigências do mundo do trabalho (reestrutura produtiva), a solidariedade social sofrendo várias fraturas, enfim, uma nova “questão social” nós é posta.

A nova questão é conseguir um equilíbrio bem orquestrado para que trabalho, capital, Estado Social, globalização e renda se harmonizem em bom tom, para que a sociedade não se arruíne. Em analogia com a ideia de música, um tom vem compor essa partitura da nova questão social que é a aposentadoria e está diretamente com o envelhecimento. Guillemard (1986) nos informa que a aposentadoria é um “elo” representativo para o trabalhador, onde o seu trabalho produtivo assalariado é encerrado e inicia um novo momento para estes, marcadamente dado pela velhice. Assim, diz a autora, tanto a velhice como a aposentadoria são interligadas, e são fenômenos relativamente novos, que demonstram a necessidade urgente de novos modelos organizacionais de gestão pública que envolva o envelhecimento.

Para Guillemard (1986), a aposentadoria “representa uma nova forma para o Estado de estruturar as relações entre velhice e sociedade”³. Isso significa redefinir a velhice, logo, uma mudança nas estruturas mentais. Mudança mental porque a construção desse direito social – como exemplo, a aposentadoria –, requer um novo entendimento sobre a velhice, a ter direito a uma renda sem precisar trabalhar (mesmo que decorrente de uma norma jurídica), e isso terá que ser naturalizado no plano das ideias, visto que anteriormente não existia nada semelhante ao proposto.

Expondo melhor, a lei é um ato normativo, é formal e não é realizada a partir da cultura. A cultura se forma nas relações sociais. E ambas, cultura e lei, demoram a se adaptar. E durante esse processo, é preciso “desmistificar” e olhar meticulosamente a cada ação ou projetos direcionados para a velhice, pois corremos o risco de perder o

³ Tradução livre.

princípio de todo o levante para a terceira idade, que seria sua condição de humano e gozo pleno de seus direitos, logo, cidadania na acepção atual da palavra.

Ao perder o princípio, pois, quando as pessoas começam a pensar no envelhecimento, esta passa a ter uma visibilidade, onde os profissionais são qualificados para atender esse público, a renda também gera consumo, as áreas específicas de lazer e os produtos são direcionados, faz com que o idoso ganhe novas reformulações, inclusive do idoso consumidor, o que pode criar “imagens” nem sempre verdadeiras sobre a longevidade.

E também, claramente o patronato, reforça Guillemard (1986), não deixará a aposentadoria ocorrer sem proveito. O patronato vai pensar de forma diferente a questão da aposentadoria, de modo a lhe conferir vantagens, principalmente em nível de disciplina de seus trabalhadores.

A aposentadoria também serve como moeda de troca, onde o trabalhador teria que manter seu emprego e para tanto teria que chegar no horário, estar sempre disponível, não reclamar, produzir de forma eficiente e etc. Assim, a aposentadoria, nas palavras de Guillemard (1986), é também uma estratégia para as organizações manterem os trabalhadores na sua órbita, no ciclo de sua vida. É um instrumento de gestão de circulação da mão de obra, ou seja, um controle regulador dos trabalhadores por um mecanismo sutil de ameaça de perda da sua aposentadoria.

Porém, a aposentadoria, como tantos outros direitos, também experimenta sua fragmentação, vinda principalmente pela escassez de recursos financeiros para manter a sua base que cada vez mais se alarga. O número de idosos aposentados aumentou significativamente e o de jovens/adultos trabalhadores reduziu, aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No vértice da questão, como garantir recursos para suprir esse déficit na aposentadoria? Novamente o Estado precisa agir, mas de forma autônoma, pois este é um campo permeado de conflitos e interesses, que envolvem os trabalhadores, os representantes das empresas, sindicatos, os já aposentados, e tantos outros que se mesclam nesse campo, e o Estado é que deverá amenizar e conciliar tantos interes-

ses diversos, porém, que ao final, a integração social seja priorizada, garantindo a todos o acesso a um viver digno em sociedade.

Seria extremamente grandioso mostrar que, com o advento da aposentadoria, esse “princípio inspirador”, norteado principalmente pela educação, já estivesse consolidado em nossa sociedade, de modo que tivéssemos alcançando um patamar indescritível de valores humanos para com a velhice, porém, isso ainda não ocorreu.

O Estatuto do Idoso, por exemplo, é um grande passo para abertura de novas representações sociais em torno da velhice, podendo enfraquecer velhos estigmas sobre esse momento que, provavelmente todos passarão.

Esse é um dos grandes paradoxos (ou ironias) atuais: ignorar a velhice, sendo que essa é parte de nosso ciclo biológico, e recebe-la socialmente não deveria haver tantas barreiras. Mas especificamente o receber social é que a idade avançada não vem isenta de valoração, tanto negativa quanto positiva, dependendo da história de vida de cada um. Assim, manter uma conduta pautada no respeito, na tolerância, construir toda uma representação positiva acerca desse momento, denota futuramente, ter acesso aos mesmos níveis de compreensão e tolerância, uma vez que consolidado esse sentimento, é deste que usufruirá.

Por entre as idades, a velhice.

Em a “solidão dos moribundos”, de Elias (2001), o título já antecipa sobre o que o autor pretende discutir, que é a trama envolvida no envelhecer e morrer. Para o autor, a morte é um fenômeno humano, basicamente biológico, sendo parte de nossa natureza, o que vai diferenciar são nossas relações com esse acontecimento, com o mundo e as pessoas a nossa volta, e mais ainda, as pessoas envelhecidas e a proximidade da morte. Isso significa que a morte e a velhice ganharam contornos diferentes com passar dos tempos.

Antigamente, diz Elias (2001), o destrato com os idosos em sociedades industriais era visível, a crueldade, e destrato para aqueles que perderam seu valor produtivo era notável e dado em público. E continua afirmando que o cenário ainda não é favorável para os idosos, que em muitos casos, são deixados em asilos, esquecidos pela so-

cidade. Para ele existe uma desumanização do idoso, que precisa ser particularizado no campo da proteção social.

Essa particularização seria a ampliação dos direitos, alargamento do campo da proteção social, de modo que alcance os idosos, que respeite as mudanças físicas e psíquicas destes. Para aquele autor, as mudanças variam de pessoa para pessoa, de família para família, porém, o processo de entendimento da velhice deve ser pautado no respeito, no cuidado, evitando ao máximo o isolamento e a solidão, acontecimento infeliz, porém, comum na vida de tantos idosos.

Essa solidão e isolamento são, por assim dizer, desdobramentos relacionados com as mudanças corporais e emocionais dos idosos, que sentem no seu envelhecimento a aproximação com a morte.

Deveras por isso, que o autor tece suas palavras usando a si mesmo, e, uma vez que possui autoridade de sociólogo, escreve sobre algo que segundo o próprio, a sociedade moderna obscurece, deixando ignorada essa parte natural de cada ser, e essa negação seria porque a velhice incomoda com seus odores, dores, com seus passos lentos (a modernidade pressupõe rapidez), cuidados, medos, doenças, sucumbência, morte do outro e nossa (previsão da nossa).

Já que a morte do outro também, de algum modo, revela a nossa, um dos meios que a sociedade moderna “encontrou” de lidar com essa dor, é ignorar, ressaltando que para o autor, o modo de relacionamento com a morte não é universal.

A morte é necessariamente o fim biológico, no plano social continuar a ser vivido pelas lembranças, memórias, mesmo assim, trabalhar todos os sentimentos que avassalam o corpo velho é o grande segredo. A morte, frisa Elias (2001), não tem segredo, é um fim natural, corriqueiro na vida de todos os seres vivos, assim, o que devemos evitar é a validação social pejorativa que envolve atualmente a velhice.

Já Bobbio (1997), vai mais além, construindo a ideia da quarta idade, dos muitos idosos, ou ainda, dos centenários e ainda adiciona que quem inicia escrevendo sobre a velhice são “velhos”, cronologicamente. Podemos inclusive notar certa “alfinetada” nos jovens, já que não se observa letras destes em pesquisas sobre os velhos.

Retornando, esses muitos idosos, precisam aprender a lidar com um tempo, (natural e social), que não diz quanto lhe resta, proporcionando inquietações extremamente profundas.

Esse comportamento acompanhado de emoções, para Bobbio (1997), não é e não pode ser vista somente por um ângulo. Aponta este, em várias perspectivas, ao qual temos a cronológica (equivale ao biológico, datada em anos), a cultural (quando a sociedade dita que está velho, incapaz, ou quando não satisfaz determinados ensejos sociais), a burocrática (momento de receber benefícios legais) e a psicológica ou subjetiva (é a mais complexa, em linhas gerais, é o “eu” mostrando que a velhice chegou).

Detirjamos nessa última, notamos que é extremamente complicado lidar com essa idade, pois envolvem memórias, perdas físicas e de pessoas próximas, aceitação ou repulsa do idoso pela família, etc., que resulta de modo ímpar, do que seja velhice por parte do idoso.

Esse emaranhado de quadros e situações vai sucumbir e lhe mostrar a idade, e isto passará e se formará interiormente, individualmente e subjetivamente, tanto que Bobbio (1997) faz uma inversão em relação ao convencional, “[...] Fui velho quando era jovem e quando velho ainda me considerava jovem até há poucos anos. Agora penso mesmo ser um velho-velho” (p.18).

Outra condicionante feroz são as alterações corporais que impõem limites às vezes tão cruéis, que os idosos perdem suas perspectivas de futuro, pois esta palavra passa quase a ser apenas de uma classe gramatical, perdendo seu sentido existencial, fazendo com que as pessoas da quarta idade se retenham em suas próprias memórias.

Não obstante, a memória não é total melancolia, é também uma nascente de sinopses que levam a reviver sobre si mesmo, sobre os caminhos percorridos, é também o que foi visionado, e alcançado. A memória torna-se positivamente um meio de se perder e se encontrar na velhice. E também a velhice não escapou do mundo capital, “reprimidas” todo esse cenário do envelhecer, o outro lado fora dinamizado e usado para que seja de consumo.

O “vigor” é colocado para usufruir dinamicamente de sua idade avançada, para tanto, os inúmeros produtos, formas de lazer, vestuários são lançados no mercado para atrair esse público. O velho frágil e singelo, trocado pelo vistoso e vigoroso senhor, assim mostra, por Bobbio (1997), como a velhice é reconfigurada, e também como isso pode ser prejudicial, pois algumas características próprias do mo-

mento se perdem nas fantasias dadas pelo mundo capitalista, que podemos visualizar via propaganda e marketing.

Dentro desse argumento acima, Bobbio (1997), atentamente reflete que o não acompanhar da sociedade moderna e seus inúmeros avanços por parte do idoso, deve ser minuciosamente observado pelo campo da proteção social, para que aqueles não percam sua dignidade uma vez que o capitalismo poderá universalizar o idoso dentro de uma imagem homogenia.

A falta de fé na velhice, e o recuo para a memória como porto seguro nos descreve um Bobbio pessimista, porém preocupado com essa possível reconfiguração acerca do idoso, principalmente como consumidor.

Já com Gorz (2004), a leitura é apresentada com fulgor, uma reflexão para a maturidade positiva, visto que esse momento não deve ser menosprezado. O envelhecimento fatalmente ocorrerá, mas não deve ser visto como fim, confirma Gorz (2004), e reforça que devemos estar preparados para envelhecer, e saborear esse momento tal qual, como uma apreciação de arte. Isso também requer dizer que devemos saber lidar com as mudanças físicas e emocionais dadas pelo envelhecimento.

A maturidade se torna mais fácil de conviver se soubermos realmente internalizar que esta é parte da vida e para tanto é fundamental evitar o cenário pessimista da morte, justamente porque esse momento é vida.

Gorz (2004) reforça que esse é sim, um momento de fragilidade e que deve ter reflexões antes mesmo de sua chegada, evitando assim, possíveis marcas indeléveis, ocasionada inclusive pelos conflitos de gerações (jovens e velhos).

Ser idoso também requer pensar comportamentos, estar ciente ou esclarecido do que pode ou não fazer mediante a delicadeza frágil da maturidade, mas, adverte Gorz (2004) que não precisamos ter pressa, a velhice chegará. Precisamos é ter um preparo para a longevidade e isso requer tempo, então, começar a pensar antes não é se afligir pela velhice, mas, amadurecer gradualmente para a idade avançada.

Para esse autor, as pessoas ao envelhecer não devem abdicar de seus sonhos, devem continuar a construí-los, mesmo que o futuro no envelhecimento não seja fácil de ser visualizado, (mesmo sendo a

última fase do ciclo biológico), isso não significa que devemos ignorar essa fase. Devemos criar espaços, ações que envolvam os idosos dentro do seu interesse ímpar.

Por fim, finaliza Gorz (2004) que o grande triunfo está em saber conciliar de forma positiva o estado mental com o biológico.

Considerações finais

A estreia “recente” da velhice no palco social suscita um olhar que essa é vida, que não deve ser menosprezada e que o Estado deve resguardar os idosos para que possam gozar desse momento em sua plenitude, até mesmo porque, ter a idade avançada não anula o fato de serem cidadãos.

É vida social, política, pública, privada, biológica, enfim, são atividades que não foram cessadas ao cume da idade, e que para tanto, em nível de proteção social, devem ter seu campo de atuação ampliado e melhor focalizado para que o singular de cada idoso seja absorvido: suas preferências, sua história de vida, sua família, entre tantos outros critérios que estejam imersos no campo da proteção social.

E a idade avançada, melhor idade, terceira ou quarta idade, e outras nomenclaturas das mais diversas, é a longevidade de mais uma etapa que o homem/mulher do século XXI veem experimentando, sem data fim, devendo evitar ao menos, sua preocupação com o seu fim.

Para não virar utopia, é necessário que a sociedade civil seja preparada tanto em aspectos de infraestrutura, políticas públicas e educação, como culturalmente, retirando a velhice, como salienta Elias (2001), do seu cativado alocado pela modernidade, abrindo as portas para as mudanças extremamente bem-vindas, principalmente em nível das mentalidades.

A morte e a velhice devem deixar de serem estigmatizadas para serem integradas no corpo social. Isso significa organizar a sociedade para uma etapa da vida que veem alargando em anos, consolidando uma delicadeza que a velhice merece.

Como vimos, o campo da proteção social é de longa data, e ainda não podemos afirmar sua execução em termos plenos, o que exige de nós maiores esforços para seu cumprimento e ampliação.

A sensibilidade para entender o cotidiano da velhice, é extremamente relevante para modificar e qualificar a maturidade e sustentá-la nos grandes debates, dando-lhe a visibilidade necessária para se afirmar no palco social.

Referências

AGÊNCIA CÂMARA. **Estatuto do Idoso já está em vigor**. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/noticias/x/65/09/6509/p.shtml>>.

Acesso em: 28 jul. 2014.

BOBBIO, N. De senectute. In: **O tempo da memória: de senectute e outros escritos autobiográficos**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 73-79 (3. ed. 2001).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

CASTELL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. 15. ed. São Paulo: Nacional, 1995.

_____. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, N. Envelhecer e morrer: alguns problemas sociológicos. In: **A solidão dos moribundos**, seguido de envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p.79-103.

FREITAS, R. A. **O tempo de trabalho ao longo do ciclo de vida e sua institucionalização: a aposentadoria**. Mimeo, 2006. 31p.

GORZ, A. **Le vieillissement**. In: **Le traïte, suivi de Le vieillissement**. Paris: Gallimard, 2004. p. 373-405.

GUILLEMARD, Anne-Marie. Vieillesse ET retraite: formation d'un droit social a laretraite. In: **Le déclin du social: formation et crise des politiques de laviellesse**. Paris: PUF, 1986. p.31-115.

Idosos ganham espaço nas empresas de callcenter. Disponível em <<http://noticias.r7.com/videos/idosos-ganham-espaco-em-empresas-de-call-center/idmedia/51edcd490cf2b2e5fae2145b.html>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

LÚCIO, Á. L. **A doença da pobreza.** In: O tempo da vida. Fórum Gulbenkian de Saúde sobre Envelhecimento 2008/2009. Lisboa, Fundação Calouste / Príncipe, 2009, p. 309-323.

MENDES, F. R. Entre previdência e Partilha. In: **Conspiração grisalha:** segurança social, competitividade e gerações. Oieras [Portugal]: Celta, 2005. p. 95-140.

Número de Idosos dobrou nos últimos 20 anos no Brasil, aponta IBGE. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/09/21/numero-de-idosos-com-mais-de-60-anos-dobrou-nos-ultimos-20-anos-aponta-ibge.htm>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

OLIVEIRA, R. C. S. **Terceira Idade:** do repensar dos limites aos sonhos possíveis. Campinas: Papirus, 1999.

CAPÍTULO 6

FORMAÇÃO, PERFIL E ATUAÇÃO DOCENTE: REFLETINDO SOBRE O CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DO IFG-CÂMPUS ITUMBIARA¹

Luciene Correia Santos de Oliveira Luz

Roberta Rodrigues Donciano

Jussara Siqueira Nascimento

Adriana Cristina Omena dos Santos

Introdução



A finalidade do Ensino Superior constitui um bem social, portanto, é essencial abrir as portas das instituições de ensino a todos os indivíduos. Entre suas características marcantes, no Brasil, tem-se o aumento do número de mulheres no meio universitário, as faixas etárias muito variadas e a presença de pessoas que já estão inseridas no mercado de trabalho e que buscam progredir financeiramente (ZABALZA, 2004).

Diante disso, este artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre a formação e a profissão do docente e o perfil dos egressos, entre os anos de 2012 a 2017, do curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Goiás (IFG) - Campus Itumbiara. As categorias gênero e trabalho foram fundamentais diante da presença maciça de mulheres no magistério e nos cursos de Licenciatura, como discutem Codo (1999) e Viana (2002), dentre outros.

Trata-se de uma pesquisa descritiva e usou-se de uma metodologia qualitativa (MINAYO; GOMES, 1998) na qual foi importante

¹Este capítulo faz parte dos resultados parciais da pesquisa em andamento cadastrada no IFG-Campus Itumbiara intitulada “O trabalho docente e os egressos do curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Goiás - Câmpus Itumbiara: experiências profissionais de professores iniciantes”.

para revelar as ideias e concepções acerca dos assuntos sobre a profissão docente, trabalho, gênero e o perfil dos egressos do IFG – Campus Itumbiara. Foram realizados levantamentos documentais e bibliográficos, bem como a quantidade dos licenciados por ano e por gênero foi evidenciada pela coleta de dados para compor o perfil dos egressos que terminaram o curso no período de 2012 a 2017.

Esse levantamento foi feito através de dados constantes nos quadros dos formandos afixados na instituição e em documentos publicados em sites do IFG – Campus Itumbiara. Os dados foram analisados, dispostos em quadros e discutidos a partir do referencial teórico.

A formação e o perfil do licenciado em Química: a presença feminina em destaque

As instituições formadoras defendem a formação de um/a profissional da educação que tenha referência ampliada do fenômeno educativo e que seja capaz de compreender criticamente os determinantes e as contradições do contexto em que está inserido/a, assim como, de atuar para a transformação desse contexto e para a criação de condições que efetivem os processos de ensino-aprendizagem (AZEVEDO et al. 2013, p. 95). E como exemplo, tem-se o curso de Licenciatura no Instituto Federal de Goiás – Campus Itumbiara com início em 2009, cuja proposta é realizar a formação de professores em Química para atuar na Educação Básica (CEFET, 2008, p. 18):

O Curso de Licenciatura em Química tem como objetivo principal a formação de educadores em Química com perfil para atuação nos Ensinos Fundamental e Médio, oferecendo aos seus graduandos as condições necessárias para o magistério, tanto do ponto de vista dos conteúdos específicos da química enquanto ciência, como também dos conteúdos e habilidades de cunho educativo/pedagógico, nos âmbitos teórico e experimental.

O curso é oferecido no turno noturno cujas disciplinas são distribuídas em oito semestres letivos. Evidencia-se as possibilidades de atuação profissional no âmbito do magistério em que os discentes têm acesso a um domínio conceitual e experimental inerente a esta área de

conhecimento. Os discentes passam por 43 disciplinas teóricas e práticas tanto das áreas específicas da Química quanto pedagógicas, estágios curriculares obrigatórios, práticas de ensino, dentre outros. A instituição conta ainda com o envolvimento com projetos de ensino, pesquisa e extensão como mecanismos que possibilitam uma diversificada e ampla formação acadêmico-científica (IFG, 2017).

Tem-se então que o profissional graduado pode atuar em outras áreas além da docência, estando apto a trabalhar com a pesquisa, bem como em áreas da Química:

Este profissional poderá desenvolver pesquisas tanto na área de Ensino de Química, como em áreas específicas da Química. Conforme a resolução Normativa nº 36, de 25/4/1974 do Conselho Federal de Química (atribuições de 1 a 7) o referido curso também habilita: para atuação na área de análises químicas, na elaboração de pareceres e laudos técnicos e a realizar pesquisa visando o desenvolvimento de tecnologias para o setor produtivo. Poderá também, assumir a Responsabilidade Técnica por empresa, setor de empresa ou prestação de serviços quando não envolverem produção. Esse profissional ainda pode dedicar-se à pesquisa acadêmica, ingressando em cursos de Pós-Graduação, lato e stricto sensu, e como pós-graduado poderá atuar como docente no Ensino Superior. (IFG, 2017)

Os autores Zucco, Pessine e Andrade (1999) explicam que os indivíduos ao realizarem um curso superior em Licenciatura em Química, estarão aptos a trabalhar em qualquer área da Química, podendo atuar tanto na sala de aula como no setor industrial, e ainda, continuar os estudos com uma pós-graduação. Portanto, o curso superior está ligado à elevação da escolarização e à preparação para o exercício de uma profissão.

O levantamento de dados permitiu inferir que 11 turmas concluíram este curso, totalizando 59 alunos, sendo 46 mulheres e 13 homens. A presença maciça das mulheres nos cursos de Licenciatura e no magistério está presente no perfil dos egressos, e isso é algo que ocorre no Brasil desde o fim do século XIX e início do XX, momento no qual houve uma organização do sistema educativo nacional e uma elevação do número de professoras nas salas de aula (CODO, 1999; VIANA, 2002).

Portanto, a presença feminina, como se pode verificar na Tabela 1, constitui 70% do total de egressos e esta tendência se mostra presente na maior parte dos anos de finalização do curso. Ressalta-se que apenas no semestre 2017/1 mais homens concluíram o curso de Licenciatura e no semestre 2013/2 houve uma equiparação entre homens e mulheres.

Tabela 1 - Egressos do curso de Licenciatura em Química do IFG-
Campus Itumbiara

Semestre	Mulheres	Homens	Total
2012/1	3	2	5
2012/2	4	2	6
2013/1	2	0	2
2013/2	2	2	4
2014/1	8	1	9
2014/2	4	0	4
2015/1	6	0	6
2015/2	3	0	3
2016/1	8	0	8
2016/2	3	0	3
2017/1	4	5	9

Fonte: Dados da pesquisa.

Logo, evidencia-se que o mercado de trabalho recebe mais licenciadas em Química, ao se comparar com os indivíduos do sexo masculino. Tal fato está diretamente ligado à maior atuação feminina na Educação Básica, mais explícito nas séries iniciais: à docência é associada ao cuidar e às características maternas atribuídas e reproduzidas socialmente.

Atuação dos egressos na sala de aula e os desafios do professor iniciante

Entre suas possibilidades, os cursos de licenciatura são organizados de modo a colaborar de forma significativa com o processo de ensino-aprendizagem nas escolas (PIMENTA, 2009).

Deste modo, o professor iniciante enfrenta a realidade da profissão já impactada pela imagem que a docência possui e que lhes são

transmitidas pelos meios de comunicação, amigos e familiares, além de outros/as professores/as que exercem tal atividade e repassam a visão negativa da mesma.

Huberman (2013) argumenta que o ciclo de vida profissional dos professores é permeado por fases distintas, sendo que a entrada na carreira pode apresentar tendências associadas à “sobrevivência” e à “descoberta”.

Assim, os docentes iniciantes vivenciam o que foi denominado de “choque do real” ao entrar em contato com a escola enquanto espaço de trabalho, marcada por complexidades. Entre os questionamentos e indagações, estudos tem percebido que perpassam a preocupação com o próprio profissional, a percepção da realidade em confrontação com o que se idealizava sobre o trabalho, as dificuldades dos alunos, as avaliações sobre os materiais didáticos, o ato de transmitir conhecimentos, dentre outros.

Os primeiros contatos com a sala de aula também trazem consigo a vivência de momentos apenas refletidos na formação inicial ou experimentados nos estágios supervisionados, por exemplo. Traz consigo elementos importantes de serem refletidos e que se correlacionam com a permanência na profissão.

Portanto, nesse viés tem-se que o:

[...] aspecto da “descoberta” traduz o entusiasmo inicial, a experimentação, a exaltação por estar, finalmente, em situação de responsabilidade (ter a sua sala de aula, os seus alunos, o seu programa), por se sentir colega num determinado corpo profissional. (HUBERMAN, 2013, p. 39)

Outras fases permeiam a profissão, como é o caso da estabilização, seguindo a classificação de Huberman (2013). O contato com o espaço da escola, a rotina escolar, com colegas de profissão e com os discentes trazem consigo aprendizado pela experiência. Como destaca Libâneo (2008, p. 34),

Pela participação na organização e gestão do trabalho escolar, os professores podem aprender várias coisas: tomar decisões coletivamente, formular o projeto pedagógico, dividir com os colegas as preocupações, desenvolver o espírito de solidariedade, assumir coletivamente a responsabilidade pela escola, inves-

tir no seu desenvolvimento profissional. Mas, principalmente, aprendem sua profissão.

Logo, o teórico aponta o contato com o magistério e o envolvimento com a rotina escolar como um mecanismo eficiente de se aprender a ser professor, além do curso de formação inicial propiciado pela Licenciatura. Assim, enfatiza que a escola é o espaço de aprendizagem da profissão de professor, no qual ocorre o desenvolvimento de “saberes e competências do ensinar” num processo individual e coletivo. Para isto, a formação continuada também é concebida como fundamental. (LIBÂNEO, 2008)

Sabe-se que escolher a docência como profissão é enfrentar desafios da desvalorização salarial, da precarização e da intensificação do trabalho, problemas físicos e psíquicos, o trabalho extraescolar, os impactos para a vivência do tempo livre e a precariedade das instituições escolares:

À medida que se tornam mais complexas as demandas às quais as escolas devem responder, também se complexificam as atividades dos docentes. Estes se encontram muitas vezes diante de situações para as quais não se sentem preparados, seja pela sua formação profissional ou mesmo por sua experiência pregressa. Quanto mais pobre e carente o contexto no qual a escola está inserida, mais demandas chegam até elas e, conseqüentemente, aos docentes. Diante da ampliação das demandas trazidas pelas políticas mais recentes, o professor é chamado a desenvolver novas competências necessárias para o pleno exercício de suas atividades docentes. O sistema espera preparo, formação e estímulo do sujeito docente para exercer o pleno domínio da sala de aula e para responder às exigências que chegam à escola no grau de diversidade que apresentam e na urgência que reclamam. (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009, 354-355)

Tais complexidades que permeiam o trabalho docente têm sido evidenciadas por diversas pesquisas acadêmicas, e como bem explica Quadros et al. (2011):

Sabemos que o professor está envolvido num sistema educacional que vem sofrendo muitas críticas, por não ser capaz de produzir resultados condizentes com a necessidade do nosso país. E, como tal, acaba sendo envolvido num clima de desânimo representado por tudo aquilo que ele próprio aponta como pro-

blemático. Cria-se, então, um ciclo de descrença no ensino, formado: a) pelo desânimo e cansaço do professor, que não vislumbra melhorias na profissão; b) pelo envolvimento do estudante neste clima, conjugado à pouca perspectiva de melhoria de qualidade de vida que o estudo pode proporcionar; c) pela incapacidade de as escolas engajarem a comunidade escolar, propiciando um ambiente de trabalho agradável e produtivo; e d) pela incompetência da sociedade organizada em criar estratégias adequadas à melhoria da educação em sua totalidade. Temos plena consciência de que a questão salarial se constitui um elemento desmotivador. (QUADROS et al., 2011)

Diante de tais possibilidades, entende-se o quanto são amplas as possibilidades de inserção acadêmica e profissional dos licenciados em Química que podem atuar seja no magistério, nas atividades correlacionadas à pesquisa, mas também atuando no trabalho técnico em laboratórios e empresas, por exemplo. Dentre as pesquisas acadêmicas sobre o assunto, Furlan e Hojo (2008) analisaram a formação de licenciados em Química e suas respectivas trajetórias, apontando justamente as escolhas profissionais além do âmbito do campo educacional.

Considerações finais

Esta pesquisa demonstrou ser importante destacar que as mulheres representam a maioria a concluírem o curso de Licenciatura no Campus Itumbiara e, ao se perceber os dados de pesquisas já realizadas, constituem a maioria nas escolas atuando como docentes. Logo, o perfil dos (as) egressos (as) explicita questões que perpassam as temáticas de trabalho e gênero, indicando que as mulheres têm investido em sua formação em nível superior, representando a maioria dos concluintes. Vão para o mercado de trabalho, adentrando os espaços de magistério, bem como de áreas afins, estando aptas a atuarem em diferentes áreas por meio da formação obtida.

Tais profissionais têm a docência como uma das possibilidades de atuação, como foi discutido. O professor iniciante se depara com desafios no mercado de trabalho, dentre os quais foram citados o choque com a profissão e a estrutura física das instituições escolares que

se tornam espaço de trabalho. Portanto, não basta descrever e refletir sobre a formação em Licenciatura.

Torna-se essencial analisar as categorias de trabalho e educação em suas peculiaridades e relações, e demonstrar as trajetórias daqueles que são formados e passam a estar aptos ao trabalho.

Como parte de uma pesquisa sobre trajetórias dos egressos do curso de Licenciatura em Química do IFG - Campus Itumbiara, esta pesquisa reforça a importância em serem realizados estudos que vão desde a formação dos professores, ao perfil dos indivíduos que concluem estes cursos e a inserção no mercado de trabalho. Ressalta-se que tais esferas precisam ser analisadas de forma a evidenciar que há relações que precisam ser pensadas e refletidas com vistas a expor suas características e contradições imersas em uma totalidade.

Referências

AZEVEDO, A. L. A formação docente e a condição docente num contexto de complexidade e diversidade. In: DINIZ, M.; NUNES, C. (Org.) **Professor/a: Profissão, condição e formação**. Brasília: Liber Livro, 2013.

ASSUNÇÃO, A. Á.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 107, ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 abr. 2016.

CEFET. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Química**. Itumbiara, 2008.

CODO, W.; VASQUES-MENEZES, I. O que é Burnout? In: CODO, W. (Org.) **Educação: Carinho e trabalho**. Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

FURLAN, E. G. M.; HOJO, O. **Para onde vão os licenciados em Química?** 2008. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/216_93.pdf>. Acesso em: 08 set. 2017.

HUBERMAN, M. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, A. **Vidas de professores**. 2. ed. Porto, Portugal: Ed. Porto, 2013.

IFG. **Guia de cursos**: navegue e conheça suas possibilidades. Disponível em: <<http://cursos.ifg.edu.br/info/lic/lic-quimica/CP-ITU>>. Acesso em: 07 set. 2017.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: Teoria e prática. 5. ed. Goiânia: MF livros, 2008.

MINAYO, M. C. S.; GOMES, S. F. D. R. **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

PIMENTA, S. G. Professor: formação, identidade e trabalho docente: formação de professores: identidade e saberes da docência. In: _____. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. cap. I, p. 15-34.

QUADROS, A. L et al. Ensinar e aprender Química: a percepção dos professores do Ensino Médio. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 40, p. 159-176, jun. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 set. 2017.

VIANNA, C. P. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, S. C. (Org.). **Trabalhadoras**: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília: Abaré, 2013. p. 159-180. Disponível em: <<http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/44242>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

ZABALZA, M. A. **O ensino universitário seu cenário e seus protagonistas**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ZUCCO, C.; PESSINE, F. B. T.; ANDRADE, J. B. de. Diretrizes curriculares para os cursos de Química. **QUÍMICA NOVA**, [S.l.], p. 455-461, abr. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/qn/v22n3/1102.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

CAPÍTULO 7

PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE O TEMPO DE TRABALHO AO LONGO DA CARREIRA: UM ESTUDO SOBRE A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO EM GOIÁS¹

Luciene Correia Santos de Oliveira Luz

Introdução



Constituindo-se em uma das manifestações da precarização, a intensificação do trabalho ocorre quando alterações nos ritmos e temporalidades são implementadas, explicitadas pelo aumento das jornadas, o estabelecimento de processos em ritmos e movimentos mais intensos, a acumulação de atividades, a gestão com base em resultados, a polivalência e a flexibilidade dos trabalhadores. Jornadas e ritmos de trabalho são planejados com o objetivo de elevar a produtividade e, nesta lógica, as ideias de tempo e de trabalho apresentam-se cada vez mais interrelacionadas (DAL ROSSO, 2008).

Todo trabalho envolve esforço dos indivíduos que o exercem e o respectivo gasto de energias, ressaltando que este está na origem do conceito de intensidade. O nível de “dispêndio de energias” empregado na execução de uma atividade concreta é um elemento essencial para se compreender este processo. A ideia de intensidade remete à perspectiva dos trabalhadores e seu envolvimento no trabalho, sendo mais adequada que a noção de produtividade, algo que se limita às consequências das mudanças tecnológicas, como argumenta Dal Rosso (2008).

O trabalho docente na Educação Básica tem sido caracterizado por problemas como a sobrecarga de trabalho, as duplas jornadas e o excesso de tarefas e funções que têm caracterizado a profissão na atua-

¹Este capítulo é parte dos resultados da minha dissertação de Mestrado intitulada “Os tempos sociais e à docência na Educação Básica em Goiás: A proeminência dos tempos de trabalho de trabalho”, realizada sob a orientação do professor Revalino Antonio de Freitas no ano de 2017.

lidade, sem o acompanhamento de uma valorização salarial entendida como suficiente (FREITAS, 2000; OLIVEIRA, 2004; NUNES; MOUTINHO, 2013). Partindo desta realidade, este artigo tem como objetivo apresentar parte dos resultados de uma pesquisa sobre intensificação do trabalho docente na Educação Básica no Mestrado em Sociologia, na Universidade Federal de Goiás (UFG). Numa metodologia qualitativa, buscou-se refletir sobre o perfil laboral dos docentes e suas percepções sobre a quantidade de trabalho assumida por eles.

Selecionados a partir da rede de contatos pessoais da pesquisadora² no ano de 2016, foram convidados professores para participarem da pesquisa que tivessem, no mínimo, 10 anos de atuação na docência na Educação Básica e residentes nas cidades de Goiânia, Itumbiara e Cachoeira Dourada. Além disso, optou-se por entrevistar professores com experiência no Ensino Fundamental, fase na qual o cuidar e à docência se mostram mais explícitos. De modo a complementar a amostra, os participantes indicaram outros colegas de trabalho que estivessem nos critérios de inclusão da pesquisa, o que configurou a técnica de coleta de dados denominada de *snowball*, também conhecida como bola de neve (FLICK, 2009).

O perfil dos professores e a quantidade de trabalho: escolas, turnos e disciplinas

De acordo com os dados coletados, como descreve o Quadro 1, foram entrevistados 10 professores que possuíam uma formação bastante distinta: graduados em Pedagogia, Letras, Matemática, Educação Física, História, Química e Geografia. Este perfil trouxe consigo a possibilidade de serem apresentadas, experiências e vivências heterogêneas devido à natureza da formação e de atuação na Educação Básica.

²Atuei como professora concursada na Rede Estadual de Educação de Goiás em Itumbiara entre os anos de 2010 a 2012, ano no qual tomei posse e me ingressei no Instituto Federal de Goiás, localizado na mesma cidade. Tenho contatos de professores de Itumbiara e de Goiânia.

Todos afirmaram ter realizado cursos de formação continuada, ou seja, investiram na complementação de sua formação inicial em favor do aperfeiçoamento profissional. Fizeram cursos de curta duração e de Especialização e correlacionados com o exercício da profissão, as metodologias de ensino e o processo de aprendizagem. Ressalta-se, também, que três estavam matriculados em Mestrado na área educacional.

Quadro 1 - Características dos/as docentes – idade e formação

Núm.	Nome fictício ²	Cidade	Idade	Graduação	Formação continuada
1.	Antonio	Cachoeira Dourada	40	Matemática	Curso de aperfeiçoamento em Metodologias do Ensino Fundamental e coordenação; Mestrando em Educação
2.	Débora	Cachoeira Dourada	39	Pedagogia Geografia	Especialização em Educação Infantil; Mestranda em Educação
3.	Ester	Itumbiara	40	Letras Pedagogia	Especialização em Língua Portuguesa
4.	Irene	Itumbiara	49	Letras	Especialização em Língua Portuguesa
5.	Lara	Itumbiara	47	Química	Curso de aperfeiçoamento ³ em Libras
6.	Carla	Itumbiara	40	Matemática	Especialização em Matemática
7.	Brenda	Goiânia	43	Pedagogia	Especialização em Administração Educacional
8.	Edson	Goiânia	33	Educação Física	Especialização em Metodologias do Ensino Fundamental e em Orientação Educacional
9.	Lívia	Goiânia	37	Pedagogia	Especialização em Metodologias do Ensino Fundamental e Inclusão; Mestranda em Educação
10.	Ivana	Goiânia	39	Pedagogia	Curso de aperfeiçoamento em Educação Infantil

Fonte: Entrevistas.

Observa-se que, entre os entrevistados, a presença maior é feminina, o que ocorreu sem intencionalidade, com base na seleção da amostra mediante a disponibilidade dos docentes para participar das

entrevistas³. Além disso, a maioria declarou ter idade igual ou superior a 40 anos e possuir, como tempo de profissão, mais de 16 anos, sendo que duas atuam por mais de 20 anos na sala de aula, como apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Experiência docente atual

Núm.	Nome fictício	Anos de docência	Quant. de escolas	Tipos de escola	Tipo de ensino	Carga horária
1.	Antonio	16 a 20 anos	2	Estadual Municipal	Regular	60 h
2.	Débora	16 a 20 anos	2	Estadual Municipal	Regular	60 h
3.	Ester	20 anos acima	1	Estadual	Integral	60 h
4.	Irene	20 anos acima	1	Estadual	Integral	60 h
5.	Lara	16 a 20 anos	1	Estadual	Integral	60 h
6.	Carla	16 a 20 anos	2	Estadual Municipal	Integral	60 h
7.	Brenda	16 a 20 anos	2	Municipal	Regular	60 h
8.	Edson	10 a 15 anos	2	Estadual Municipal	Regular	60 h
9.	Livia	10 a 15 anos	2	Estadual Municipal	Regular	60 h
10.	Ivana	10 a 15 anos	1	Municipal	Regular	40 h

Fonte: Entrevistas.

Todos os docentes são profissionais concursados e atuantes em escolas públicas municipais e estaduais localizadas no Estado de Goiás. A metade afirmou conciliar vínculos com as Redes Estadual e Municipal, com mais de uma inserção no serviço público e planos de carreira. Amparados pela legislação constitucional e regional (GOIÁS, 2001; BRASIL, 1988), estão vinculados a dois cargos como professores e afirmaram se envolver com uma carga horária semanal elevada de 60 horas, que caracteriza a quase totalidade da amostra entrevistada, como expõe o Quadro 2.

³Isto está em consonância com o maior número de mulheres na docência, como demonstram os dados escolares nacionais: de um total de 2.187.154 docentes atuando na Educação Básica, as mulheres compõem cerca de 1.751.189 do quadro e os homens somam 435.965. Esta realidade perpassa todos os níveis educacionais, sendo maior tal diferença nos anos iniciais, Educação Infantil e Ensino Fundamental (INEP, 2016).

Já o Quadro 3 descreve os níveis de atuação dos professores, as disciplinas e a existência de algum cargo na área educacional além da docência. A maioria declarou lecionar em mais de uma disciplina escolar, o que reforça a necessidade de uma formação inicial e continuada que proporcione condições para se trabalhar com diferentes tipos de aulas, características dos discentes, metodologias de ensino e tipos de avaliações.

Quadro 3 - Perfil docente – disciplinas e cargos atuais

Núm.	Nome fictício	Turno	Nível de ensino	Disciplinas	Cargos
1.	Antonio	3	Ensino Fundamental 1 Ensino Fundamental 2 Ensino Médio	Matemática	Coordenação
2.	Débora	3	Ensino Fundamental 1 Ensino Fundamental 2	Língua portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ciências	Professora de apoio à inclusão
3.	Ester	2	Ensino Fundamental 2	Língua portuguesa, Geografia, História, Ciências, Artes, Educação Física	Professora de apoio à inclusão
4.	Irene	2	Ensino Fundamental 2	Língua portuguesa, Inglês, Espanhol	-
5.	Lara	2	Ensino Fundamental 1 Ensino Fundamental 2	Ciências	-
6.	Carla	2	Educação Infantil Ensino Fundamental 1 Ensino Fundamental 2	Língua portuguesa, Geografia, História, Ciências, Artes	-
7.	Brenda	2	Ensino Fundamental 1	Língua portuguesa, Geografia, História, Ciências, Artes, Ensino Religioso	-
8.	Edson	2	Ensino Fundamental 1 Ensino Médio	Educação Física	-
9.	Lívia	2	Ensino Fundamental 1 Ensino Fundamental 2 Ensino Médio	Língua portuguesa, Geografia, História, Ciências, Artes, Ensino Religioso	Professora de apoio à inclusão
10.	Ivana	2	Educação Infantil Ensino Fundamental 1	Língua portuguesa, Geografia, História, Ciências, Artes, Ensino Religioso	Atividade administrativa na Secretaria escolar

Fonte: Entrevistas.

Comparando os dados sobre a formação e as disciplinas de atuação, a maior parte dos professores exerce a profissão nas áreas de conhecimento que obtiveram a titulação de licenciado em nível superi-

or. Percebe-se, também, o exercício profissional em dois a três turnos e em mais de um nível de ensino da Educação Básica, chegando a exercer a docência em seus três níveis. É explicitada, neste sentido, a importância em se entender a correlação imposta pela atuação em mais de um tipo de formação escolar e de instituição educacional e que lhes trazem maiores exigências.

Expõe-se a rotina desgastante do trabalho a que estão envolvidos os docentes, chegando a preencher os três turnos diários do dia de trabalho em duas ou três escolas, o que implica em tempo de deslocamento, além de diversas normatizações e planos de carreira. Cada nível de ensino exige determinadas posturas, formação e comportamentos dos docentes. É preciso pensar sobre como é a rotina destes profissionais, como se sentem enquanto docentes, como lidam com os tempos de trabalho e o tempo livre.

Ainda em relação ao Quadro 3, alguns professores afirmaram conciliar a regência das aulas com o exercício da docência na função de apoio à inclusão e outros declararam exercer atividades administrativas na escola com funções na coordenação, direção e na secretaria escolar. A atividade de apoio à inclusão envolve a realização de um atendimento particularizado para estudantes com deficiência.

O trabalho docente é impactado pelas múltiplas necessidades educacionais dos discentes, pelas características das escolas, pelas particularidades dos estudantes de cada nível e suas respectivas séries. Lidar com esta heterogeneidade implica em mais esforços para lidar com as gradações que permeiam os públicos a serem atendidos, os conteúdos e as metodologias de ensino que são próprias de cada etapa da Educação Básica e disciplina.

O processo de intensificação na docência: mais trabalho e mais responsabilidades

Estimulados a relembrar o tempo dedicado ao trabalho e suas oscilações, houve a reflexão sobre sua redução, elevação ou estabilização comparando-se ao início e a experiência profissional atual e com base em suas histórias de vida e nos relatos de memória. A metade da amostra, composta por três professoras de Goiânia e duas de Itumbiara, afirmou que houve um alongamento das jornadas e a prática da

complementaridade, constituindo-se em um mecanismo de intensificação do trabalho a partir da ampliação do período de execução laboral. Isto lhes exige maiores esforços, sendo que ocasiona a realização de mais tarefas inerentes ao cargo ou além dele: mais diários, estudantes e turmas, além de mais aulas planejadas, trabalhos e avaliações elaboradas e corrigidas. Maiores gastos de energia e desgastes físico e/ou psíquico, são os resultantes desta situação configurando um processo de intensificação do trabalho (FREITAS, 2000; DAL ROSSO, 2008).

O mesmo quantitativo de professores afirmou ter mantido estável o tempo de trabalho contratado em relação ao início de sua atuação como professores, sendo um professor de Goiânia, duas de Itumbiara e dois de Cachoeira Dourada. Nenhum deles afirmou, contudo, uma redução na quantidade de trabalho docente. Quando as jornadas se mantêm estáveis, o processo de intensificação ainda pode ser identificável, explica Dal Rosso (2008), pois há outros fatores a serem considerados, como é o caso da acumulação de funções, da polivalência, da gestão por resultados e da elevação do ritmo e da velocidade nos processos de trabalho. Assim, mesmo que não tenha havido uma elevação nas horas de trabalho contratadas semanalmente para esta parte da amostra de entrevistados, verifica-se que, desde o início de suas carreiras, o trabalho foi descrito como intenso e com uma carga de trabalho elevada.

De modo diverso, a professora Lívia declarou exercer a docência em dois turnos, o que também caracterizou o começo de sua carreira. Teve contato com o trabalho em três turnos e, ao avaliar ser muito cansativo e insustentável, reduziu a carga de trabalho, retornando àquela que marcou seus primeiros anos na profissão. Já o professor Edson, argumentou permanecer com 60 horas semanais de trabalho, porém, defende a necessidade de atuar, pelo menos, em dois turnos.

Mesmo não modificando, ao longo de sua experiência profissional, há uma associação da carga horária de trabalho elevada como um meio de se obter salários maiores, mesmo analisando-os como distante do ideal e incompatível com o excesso de trabalho desempenhado. Desta maneira, o entrevistado justifica seu comprometimento com uma quantidade de trabalho que totaliza 60 horas semanais. A professora Irene, diferentemente, avalia ser essencial a redução do tempo de

trabalho na escola em favor de uma melhor qualidade de vida, questionando a situação que caracteriza a profissão.

A entrevistada defende, claramente, uma menor permanência dos professores no espaço de trabalho, propiciando a estes melhores condições de usufruir momentos de sua vida pessoal, como descreve. Um menor tempo de trabalho na escola pode ser obtido mediante a redução das jornadas de trabalho, contudo esta escolha interfere nos salários a serem recebidos, tornando-se um impeditivo para tais alterações.

O anseio de se reduzir as jornadas pode ser compreendido como uma iniciativa justificada pelos trabalhadores que sofrem a exaustão, ou seja, vivenciam ou vivenciaram as sequelas do trabalho intenso e das longas horas de trabalho (DAL ROSSO, 1996). Os esforços no encolhimento do tempo de trabalho fazem parte da resistência a este processo, mas estes também envolvem a adaptação ao ritmo e às condições de trabalho, seja no plano individual, seja coletivamente, como meios e estratégias de se manter na profissão. Contraditoriamente, o desgaste físico e psicológico interfere nestes anseios pela redução do tempo de trabalho, gerando o conformismo e a aceitação.

Na busca por mudanças no tempo de trabalho, as professoras que lecionam em Itumbiara apontaram ter iniciado, recentemente, o contato com o trabalho em uma escola de tempo integral⁴, na qual o tempo de trabalho passou por alterações ao se comparar com o que era costumeiramente organizado. O relato da professora Lara indica que esta mudança ocasionou transformações em sua rotina, antes realizada em um turno para cada escola que atuava, podendo atuar em vários níveis de ensino. Como consequência, julga haver “mais trabalho” no espaço de trabalho escolar estando, obrigatoriamente, em dois turnos. Entretanto, há o relato de uma melhora na sua organização das atividades.

Em meio às alterações citadas, ainda é percebido o trabalho mais intenso ao serem extraídas mais energias dos trabalhadores na escola e exercendo um controle em seu tempo e nos ritmos do trabalho, como analisou Dal Rosso (2008). A elevação do ritmo e da velocidade

⁴ Esta problemática necessita de estudos mais aprofundados com o intuito de investigar a organização do tempo nas escolas de tempo integral, comparando-as com o que tem-se visualizado nas escolas ditas regulares. Desta maneira, estas conclusões se baseiam nas falas das professoras pesquisadas que relataram a sua experiência com estas escolas em Itumbiara-Goiás.

é um artifício bastante visado pelos administradores dos processos de trabalho, o que repercute nas diversas formas da função, como é o caso da docência.

A elevação da carga horária semanal de trabalho e o alongamento das jornadas de trabalho ao se comparar com o início de sua carreira e a realidade atual, faz parte das concepções sobre o trabalho e a descrição dos deveres associados à docência. Foi um assunto recorrente em suas falas e, após refletirem sobre a carga horária que tem sido assumida, os entrevistados apresentaram uma avaliação destas mudanças, acrescentando outras considerações sobre a expansão de suas funções para além do ato de ensinar.

A metade da amostra argumentou ter elevado seu tempo de trabalho, em um processo concomitante à incorporação de mais responsabilidades à profissão. Diferentemente, a outra metade dos pesquisados apontou vivenciar uma carga horária que se manteve estável, comparando-se ao início de sua carreira, mas associado à realização de “mais trabalho” expressa pelo acréscimo de obrigações relacionadas à profissão. São situações distintas, mas ambas refletem em mais gasto de energia dos profissionais envolvidos e um trabalho desgastante e intenso, seja na ampliação do tempo de trabalho ou no acúmulo de funções e a polivalência.

Como explicitado nos dados desta pesquisa, foi verificada a intensificação do trabalho tal como definido em um processo no qual em jornadas de trabalho e força de trabalho constantes, são exigidos mais esforços dos trabalhadores para que estes gerem mais resultados. Por outro lado, houve casos em que a situação se mostrou mais complexa, e o tempo de trabalho também sofreu uma elevação a níveis entendidos como além do que é possível para se ter uma qualidade de vida no trabalho e fora dele.

Os pesquisados avaliaram esta elevação do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho como variáveis que nem sempre se dinamizam na mesma direção. Nove entrevistados afirmaram que houve uma elevação na quantidade de trabalho, expressa na ampliação das tarefas, das atribuições e das responsabilidades. Segundo eles, houve mudanças no que se entendia como ser função de um professor, passando a ser incluídas, ao longo de sua experiência, como parte desta profissão.

Quando foi abordada a possibilidade de alterações na quantidade de trabalho que têm assumido nos dias atuais, seis professores afirmaram que desejam reduzir em favor da realização de um melhor trabalho, e quatro opinaram que querem manter como está, com um receio de que quaisquer mudanças pudessem interferir em sua remuneração recebida. Ressalta-se que, entre os docentes que desejaram manter a quantidade de trabalho atual, estão três entrevistadas que vivenciam uma nova organização do trabalho existente em escolas de tempo integral, no qual o trabalho é dividido em momentos de regência e de planejamento dentro da instituição, o que pode ter influenciado na avaliação das docentes sobre a carga de trabalho atual.

De acordo com a professora Débora, ela possui vontade de reduzi-la, o que levaria a uma diminuição significativa das responsabilidades a serem assumidas ao se interferir na variável tempo. Porém, ela analisa que estas tarefas que muitos entendem ultrapassar o ato de ensinar e aprender fazem parte de algo mais complexo. Expõe que tais obrigações, aos poucos inseridas e naturalizadas como parte do “ser professor”, dependem de ações relativas às políticas locais, da instituição que é o espaço de trabalho, e, ainda mais, pelas políticas educacionais que deliberam sobre quaisquer ações.

Devido à possibilidade de se envolver com uma maior ou menor quantidade de aulas, podem haver gradações nos tempos de trabalho, distintas remunerações, disciplinas, turnos e escolas como espaços laborais. A intensificação do trabalho consiste, pois, em uma prática que pode ser internalizada e se constituir num processo denominado de autointensificação por abranger suas escolhas profissionais, como foi discutido por Alvarenga (2008) e Hypolito, Vieira e Pizzi (2009). Além da definição da quantidade de trabalho, motivada pela questão salarial, os professores também, cotidianamente, passam a considerar a ampliação da docência como inerente à profissão.

Considerações finais

Com a descrição do perfil dos professores tornou-se clara uma quantidade de trabalho elevada com a qual eles se encontram envolvidos, o que foi explicitado pelo número de escolas, carga horária, turnos, disciplinas e áreas de atuação que exercem a docência. A maior

parte dos/as pesquisados possui mais de 16 anos de experiência na docência, com destaque para as professoras que declararam mais de 20 anos de trabalho.

Comprometidos, atualmente, com uma carga horária semanal constituída por 60 horas, a maioria dos docentes estão vinculados a um tempo de trabalho elevado, em dois a três turnos de trabalho e mais de uma Rede Escolar. Esta prática, também conhecida por complementaridade (FREITAS, 2000), consiste justamente na busca pela elevação salarial, a partir do aumento da carga de trabalho docente, pela constatação da incapacidade de suprir sua sobrevivência com as condições salariais atuais, mobilizando sua elevação e assumindo mais aulas ou cargos na escola ou o envolvimento em outras ocupações.

Com a aceitação ou a adaptação a esta configuração do trabalho, a intensificação do trabalho passou a ser vista como natural e associada ao cotidiano escolar e à profissão docente. Desta maneira, a acumulação de funções e a polivalência em relação a esta profissão passam a ser entendidas a partir de critérios objetivos e subjetivos, ambos presentes na rotina de trabalho. Tal cenário é preocupante diante das possíveis consequências ao longo de sua carreira, para sua saúde e bem-estar e as implicações para o tempo de trabalho que interfere na vivência do tempo livre.

Referências

ALVARENGA, C. F. **Relações de gênero e trabalho docente: jornadas e ritmos no cotidiano de professores e professoras.** 2008. 174 p. Dissertação (Mestrado em Educação - Área de concentração: Sociologia da Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 abr. 2017.

DAL ROSSO, S. **A jornada de trabalho na sociedade: o castigo de Prometeu.** São Paulo: LTr, 1996.

_____. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAS, R. A. **O Professor em Goiás: Sociedade e Estado no processo de constituição da profissão docente, na rede pública de ensino fundamental e médio do Estado**. Dissertação (Mestrado em Educação) -Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

GOIÁS. Lei nº 13.909 de 25 de setembro de 2001. **Dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos e Vencimentos do Pessoal do Magistério**. Goiânia, 2001. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2001/lei_13909.htm>. Acesso em: 31 mar. 2017.

HYPOLITO, Á. M.; VIEIRA, J. S.; PIZZI, L. C. V. Reestruturação curricular e autointensificação do trabalho docente. **Currículo sem Fronteiras**, [S.I.: s.n.], v.9, n.2, p. 100-112, jul/dez. 2009.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse estatística da Educação Básica 2015**. Brasília: INEP, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educ. Soc.**, v.25, n. 89, p.1127-1144, dez. 2004.

NUNES, C.; MOUTINHO, V. Relatos da docência: O que dizem os professores sobre suas condições de trabalho. In: DINIZ, M.; NUNES, C. (Orgs.) **Professor/a: profissão, condição e formação**. Brasília: Liber livro, 2013.

SOBRE OS AUTORES

Adriana Cristina Omena dos Santos



Pesquisadora/professora visitante na Universidade de Ottawa, Ontário, Canadá. Graduação em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Metodista de Piracicaba. Mestrado em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e Doutorado em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. É docente no curso de Jornalismo, do Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação; e do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: adriomena@gmail.com

Roberta Rodrigues Ponciano



Doutoranda em Educação e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Participa como estudante no grupo de pesquisa Trabalho, Educação e Formação Humana - HISTEDBR da Universidade Federal de Uberlândia. É Assistente em Administração do IFG - Campus Itumbiara. Participa de ações educativas voluntárias de formação do cidadão. Desenvolve pesquisas na área de trabalho e educação sobretudo nos seguintes temas: educação profissional, gênero, trabalho docente e tecnologias educacionais. E-mail: rponciano@gmail.com

Luciene Correia Santos de Oliveira Luz



Bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (UFG), onde também fez o curso de Mestrado em Sociologia. Especialização em Ensino de Sociologia e é professora do IFG - Campus Itumbiara. Tem interesse nos temas trabalho docente, práticas educacionais, Sociologia no Ensino Médio, metodologias de ensino-aprendizagem, formação de professores, aprendizagem e tecnologias da informação e da comunicação, trabalho e formação profissional. E-mail: luciene.cso@gmail.com

Jussara Siqueira Nascimento



Graduanda em Licenciatura em Química no IFG - Campus Itumbiara. Foi aluna bolsista do PIBID. Participa do projeto de pesquisa em andamento: “O trabalho docente e os egressos do curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Goiás - Campus Itumbiara: experiências profissionais de professores iniciantes”. E-mail: jussara.sn2015@gmail.com

Danielle Fernanda Moraes Pavan



Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Goiás; Especialista em Políticas Públicas pela UFG; Mestre em Sociologia pela UFG; Servidora Técnico-Administrativa em Educação do IFG. E-mail: danicsri@gmail.com

Lucinéia Scremin Martins



Professora Adjunta da UFG, na Faculdade de Ciências Sociais e também atua no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFG. Coursou doutorado em Educação na UFG e graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina; bolsista, pelo CNPq, de Aperfeiçoamento em Pesquisa na Sociologia do Trabalho, na Universidade Federal de Santa Catarina. Realizou Mestrado em Economia na Universidade Federal da Paraíba. E-mail: luascremin@yahoo.com.br

Cleide Francisca de Souza Tano



Doutoranda em Educação e Mestre em Educação pela UFU; graduação em Administração pela UFU e em Ciências Contábeis pela Escola Superior de Ciências Contábeis e Administrativa; Especialização em Gestão Pública pela UEMG; Especialização em Docência do Ensino Superior pela UNOPAR. É servidora Técnico Administrativo da UFV. E-mail: cleidetano@yahoo.com.br

Robson Luiz de França



Pós- Doutor em Política Educacional pela Universidade Federal da Paraíba e Universidade de Portugal - PT (2010). Doutor em Educação na Linha de Políticas Públicas pela Universidade Júlio Mesquita Filho - UNESP/Araraquara (2002). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (1997). Especialista em Tecnologias para Educação a Distância (2009). Especialista em Direito Educacional (2010). Especialista em Supervisão e Administração Escolar (1994). Bacharel em Direito (2009). Graduado em Pedagogia UNI-BH (1990). Professor associado IV da FACED/UFU,

professor do Programa de Pós-graduação em Educação da UFU/MG e Pesquisador da Universidade da Madeira - Portugal. E-mail: rlfranca@u-fu.br

Laísse Silva Lemos



Possui Licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás. Possui graduação em Pedagogia, na modalidade de licenciatura plena, pela Fundação Antares de Ensino Superior. Especialização na área de Educação Especial. Mestra em Sociologia, pela Universidade Federal de Goiás. Professora efetiva do IFG - Campus Jataí. E-mail: laisselemos@gmail.com

Leila Silva de Moura



Mestre e Doutora em Sociologia, Cientista Social (Bacharelado-Licenciatura) pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Especialização em Ciência Política na UEG; Especialização em Tecnologias em Educação (PUC - Rio). Associada ao Núcleo de Estudos sobre o Trabalho (NEST - UFG). Professora Efetiva pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás. E-mail: ls_moura@yahoo.com.br

Esperamos que esse livro contribua para o debate político e filosófico sobre a educação. Afirmamos que caso seja infringido qualquer direito autoral, imediatamente, retiraremos a obra da internet. Reafirmamos que é vedada a comercialização deste produto.

Formato A5
1ª Edição Janeiro de 2019

Navegando Publicações



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG
Brasil

